



Universidade
do Parlamento
Cearense
capacita
servidores

4



Sociedade civil
organizada
participa
de atualização
constitucional

22

plenário

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ANO IV - JULHO/AGOSTO - 2007 - 8ª EDIÇÃO

Pedaços do Paraíso

Um roteiro de luzes e cores
pelo litoral do Ceará 26





plenário



Silvia Góes
Editora Geral da Plenário

COMO FALAR COM A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, 2807
Bairro: Dionísio Torres
CEP: 60170.900
Fortaleza – Ceará

TELEFONE
(0XX85) 3277.2500

FAX
(0XX85) 3277.2753

EMAIL
epovo@al.ce.gov.br

SITE
<http://www.al.ce.gov.br>

Ao leitor

A criação da Universidade do Parlamento Cearense (Unipace), projeto de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que visa oferecer cursos de graduação e pós-graduação aos servidores do Parlamento, deputados estaduais e integrantes das câmaras municipais, se destaca em meio a tantas turbulências no cenário político nacional. E você leitor, como está diante de tudo isso? O questionamento é um estimulante convite para acompanhar o nosso trabalho e fomentar os debates na sociedade.

A Reforma Política, tão debatida em Plenário e em todos os parlamentos brasileiros, é um dos nossos temas. A idéia é fornecer a você leitor material de informação para que tenha discernimento político e consciência das suas reais necessidades e reivindicações mais básicas para poder cobrar mudanças na lei.

Neste número, pedimos ainda a sua participação para a atualização da nossa Carta Magna, que está sendo elaborada pelos deputados estaduais em suas devidas comissões técnicas. Até outubro, prazo limite previsto para atualizar o texto da Constituição Estadual ao da Constituição Federal, a Assembleia será palco de discussões a respeito do tema

com a efetiva colaboração da sociedade. Todas as audiências serão, portanto, públicas e retransmitidas ao vivo pela TV Assembleia, canal 30.

Melhor qualidade de vida é a ordem do momento e o primeiro pensamento é a garantia constitucional que o cidadão tem de ir e vir. O direito à liberdade sempre se faz acompanhar do direito de segurança, uma conquista cada vez mais ameaçada nos dias de hoje. No entanto, as políticas de segurança poderão dar um salto, como nos revela o secretário Roberto Monteiro. Acompanhe aqui o desenvolvimento do trabalho numa área tão conflitante, mas tão necessária.

O homem não vive isolado em suas ambições. Há uma infinidade de anseios e alvos a serem conquistados. A Revista Plenário apresenta as riquezas naturais do nosso Estado. Desta vez, o roteiro de praias que compõem o paraíso da Terra da Luz e atraem uma infinidade de turistas.

Continue enviando sugestões para os nossos próximos números. A sua colaboração é fundamental.

Boa Leitura!
silviagoes@al.ce.gov.br

EXPEDIENTE

REVISTA PLENÁRIO
Órgão Oficial da Assembleia
Legislativa do Estado
Nº08, edição julho
e agosto de 2007

EDITORA GERAL
Sílvia Góes

SUBEDITORES
Abílio Gurgel
Viviane Lima

REPORTAGEM
Abílio Gurgel
Lúcia Steidle
Sílvana Frota
Viviane Lima

**PROJETO GRÁFICO E
EDITORIAÇÃO**
Alessandro Muratore

ARQUIVO
Vladimir Moreira

FOTOGRAFIA
Dário Gabriel e Paulo Rocha

ESTAGIÁRIOS
Bruno de Castro, Dídio Lopes,
Jackelyne Collins e Pablo de
Paula

**MESA DIRETORA
PRESIDENTE**
Domingos Filho

1º VICE-PRESIDENTE
Gony Arruda

2º VICE-PRESIDENTE
Francisco Caminha

1º SECRETÁRIO
Zezinho Albuquerque

2º SECRETÁRIO
Fernando Hugo

3º SECRETÁRIO
Hermínio Resende

4º SECRETÁRIO
Osmar Baquit

IMPRESSÃO
Expressão Gráfica
Tiragem: 5 mil exemplares



38 Transposição

4	> Universidade do Parlamento
14	> Segurança Pública
22	> Atualização Constitucional
32	> Reforma Política
44	> Audiências Públicas
48	> Portal da Assembleia
50	> Perfil
51	> Ouvidoria
52	> Crônica



8 Entrevista
com Roberto
Monteiro



26 Praias do Ceará

Assembléia terá Universidade do Parlamento

A exigência desenfreada do mercado por um profissional cada vez mais capacitado na função que exerce não é uma realidade somente na iniciativa privada. O serviço público também tem demandado por funcionários mais atualizados e em constante atualização de seus conhecimentos. Essa tendência, que fica mais forte a cada dia, já foi prevista na Constituição Federal de 1988. Em seu texto, ela disciplinava a instituição e manutenção das escolas de governo para formar e aperfeiçoar profissionalmente os servidores públicos.

Essa diretriz foi o que fundamentou a proposta de criação da Universidade do Parlamento Cearense (Unipace), apresentada pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado. O presidente da Casa, deputado Domingos Filho (PMDB) explica que a instituição de ensino irá oferecer cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária a servidores e assessores parlamentares da Assembléia, além de estender suas atividades a funcionários de câmaras municipais e empresas terceirizadas que prestam serviço às casas legislativas. “Serão cursos voltados para o desenvolvimento de atividades legislativas, destinados a servidores dos parlamentos em ensino direto ou à distância, por mecanismos como a video-conferência”.

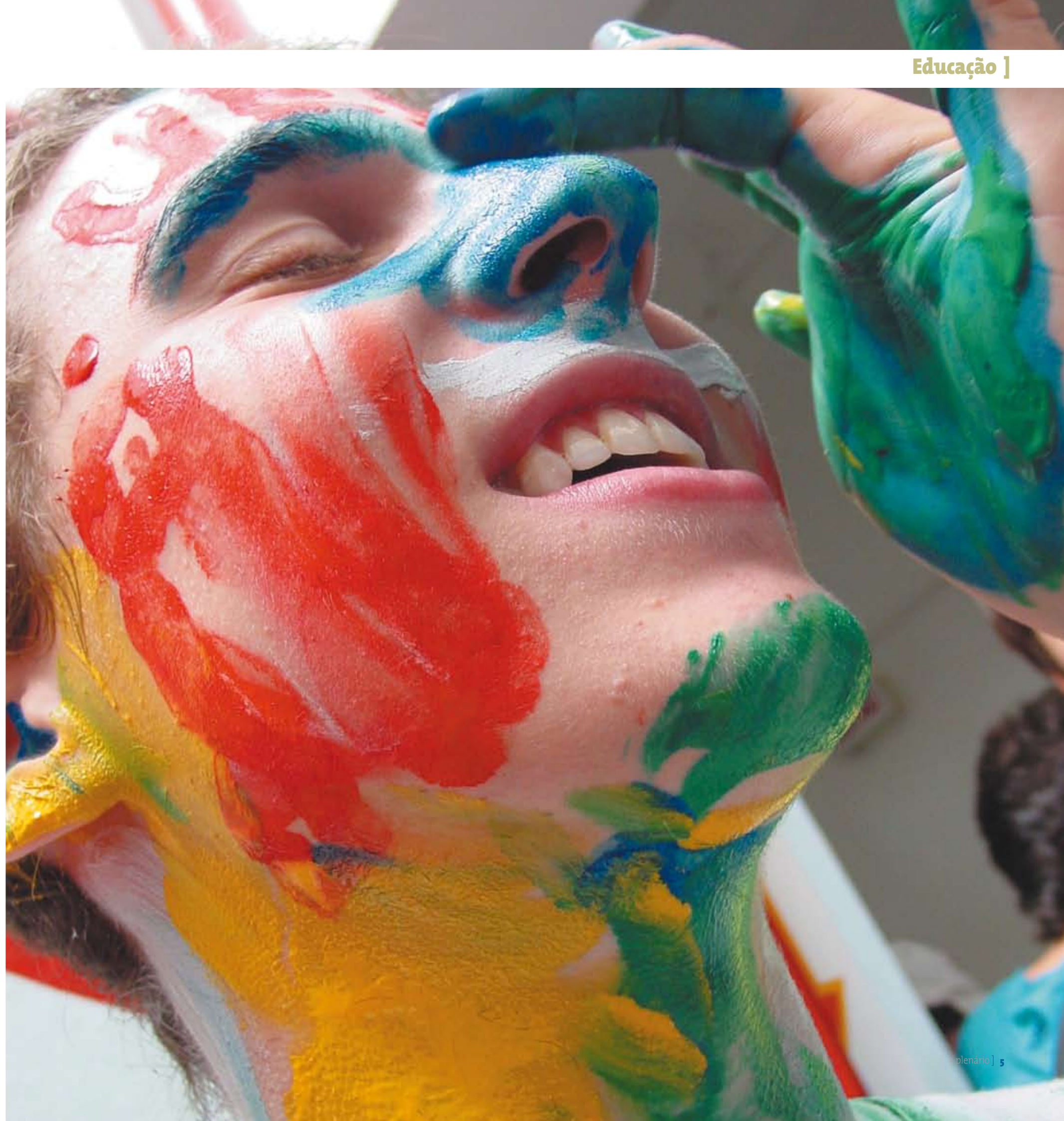
Domingos Filho acrescenta que os cursos da Unipace serão voltados a conhecimentos específicos sobre as funções do Estado, principalmente, as funções típicas

e atípicas do Legislativo. Na grade curricular, os alunos deverão ter aulas de Direito Constitucional, técnica de redação legislativa, comunicação pública, além de outros temas específicos. “É fundamental que tenhamos servidores com cursos específicos para ajudar o Parlamento”, destaca.

A Unipace funcionará em parceria com universidades públicas cearenses, Escola da Magistratura do Estado do Ceará, Escola de Formação de Governantes e a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (Assalce). O projeto de resolução, que deu entrada no dia 12 de junho, está sendo apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia e pela Procuradoria Jurídica da Casa.

A criação da Unipace foi uma das diretrizes do presidente Domingos Filho quando assumiu a direção da Assembléia Legislativa do Ceará. Para ele, a instituição de ensino será um instrumento de motivação e estímulo para os servidores da Casa. “Isso serve para que eles, dentro do seu campo de saber e de suas atividades, se capacitem ainda mais para a missão de contribuir com este parlamento”, reforça.

O deputado Francisco Caminha (PHS), indicado pela Mesa Diretora como diretor da Unipace, considera que a instituição de ensino irá colaborar para melhorar a qualidade do serviço que os deputados prestam à sociedade. “Nós, que fazemos o legislativo, carecemos de apoio técnico que nos venha assessorar”,



constatou o parlamentar.

Para ele, a Assembléia poderá ainda ampliar sua atuação a partir da capacitação de seus servidores. “Podemos facilmente formar técnicos em direito parlamentar, oratória, jornalismo legislativo. Agora podemos visualizar um servidor treinado para assessorar o parlamento. Servidores que não concluíram segundo grau poderão concluir por meio de convênios. Não temos mais matutos. O homem do campo escuta, reflete, pensa e decide. Pode continuar analfabeto, mas sabe perceber o bem e ter a visão interior de perceber o político que possa ter uma posição diferenciada para o Estado”, completou.

O presidente da Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (Assalce), Luiz Édson Corrêa Sales, diz que a criação da Universidade do Parlamento Cearense (Unipace) irá se somar com outras iniciativas de ensino oferecidas pela Assalce. Ele explica que os funcionários dispõem de cursos de curta duração na área de recursos humanos e a entidade ainda mantém o Projeto de Educação Continuada que, em parceria com a Universidade do Vale do Acaraú (UVA), oferece cursos de graduação, pós-



> No dia 12 de junho, o deputado Domingos Filho lançou a Universidade do Parlamento Cearense

graduação. Ele acrescenta que, em breve, será criada a primeira turma de mestrado. “A criação da Unipace fecha o ciclo nesse esforço coletivo de capacitar o servidor desde o nível mais baixo ao mais alto”.

Para Luiz Édson, todas essas iniciativas resultam, conseqüentemente, na melhoria da atividade parlamentar dos deputados

estaduais na representação da sociedade e na defesa de seus direitos. “A Unipace é mais um passo na profissionalização das carreiras do legislativo e vem somar conosco. Tenho certeza que todos os mais de 1,5 mil servidores da Casa estão muito satisfeitos com essa decisão do deputado Domingos Filho”.

>> Saiba mais

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- programa de capacitação profissional
- programa de capacitação de agentes políticos
- programa de aproximação do Legislativo aos ensinamentos fundamental e médio
- programa de parceria da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará com o ensino superior, graduação e pós-graduação

INGRESSO NA UNIPACE

- A inscrição dos servidores nas atividades promovidas pela Unipace será feita mediante a anuência da chefia imediata, quando houver coincidência entre o horário de trabalho e a atividade oferecida.
- A Unipace poderá reservar vagas para atendimento da demanda de outras instituições.
- Os estagiários e profissionais das empresas terceirizadas poderão

participar de cursos específicos, a critério da administração da Casa.

- Atualmente existem Escolas do Legislativo nas Assembléias Legislativas do Acre, Amapá, Amazonas, Alagoas, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

>> artigo



Prof. Dr. José Maria Arruda

Doutor em Filosofia pela Universidade de Essen/Alemanha
Pós-Doutor pela Universidade de Aachen/Alemanha
Professor do Dep. de Filosofia da Universidade Federal do Ceará
E-mail: jm.arruda@uol.com.br

Um Parlamento em nível superior: sobre a Unipace

O Ceará sempre foi inovador: na política, na literatura, na ciência. Não fugindo a essa tradição, a Assembléia, que em 2006 abriu suas sessões à comunidade através da criação da TV Assembléia, inova mais uma vez com a idéia de criação da Universidade do Parlamento Cearense, anunciada pelo presidente Domingos Filho.

Para entender o alcance dessa iniciativa pioneira, é necessário ter em mente o contexto de crise institucional e de legitimidade porque passam os parlamentos e assembléias hoje. Pesquisas de opinião apontam para a baixa credibilidade de nossas casas parlamentares comparadas a outras instituições sociais. Isso é preocupante. Nenhuma democracia funciona direito sem um espaço parlamentar livre e soberano.

O esgarçamento da credibilidade dos parlamentos no Brasil tem, no entanto, causas facilmente identificáveis. De um lado, a sucessão de escândalos envolvendo parlamentares dos mais diversos âmbitos, investigados por comissões de inquérito: os anões do orçamento, o mensalão, os sanguessugas, o mais recente envolvendo até o presidente do Senado Federal. De outro, a inoperância, leniência e subserviência a que estão relegadas, hoje, muitas casas parlamentares. O que o cidadão comum pensa é que o parlamentar trabalha poucos dias, ganha muito e tem muitos privilégios, para ao final, não fazer de fato nada.

Assim, entre acusação de corrupção e ineficácia, vai se esvaindo um dos elemen-

tos centrais das democracias modernas: o parlamento. Resulta daí que vereadores, deputados estaduais, federais e senadores têm angariado contra si toda a indignação de uma população que se sente, amiúde, ultrajada em sua boa fé e ludibriada sempre em suas esperanças e anseios por uma sociedade mais justa e igualitária, com transparência nas ações dos entes públicos.

Creio que, felizmente, nossa Assembléia Estadual tem dado sinais claros de renovação, de preocupação com a cidadania, com a transparência e eficiência. Basta lembrar que nela já atua plenamente um Conselho de Ética que analisa e investiga denúncias contra parlamentares. A criação da Universidade do Parlamento Cearense vem, a meu ver, atacar justamente o segundo problema: a necessidade de qualificação do quadro funcional para aumento de eficiência e apoio à atuação parlamentar.

A Unipace buscará fomentar a formação, capacitação e aperfeiçoamento do quadro funcional que atua na Assembléia e nas câmaras municipais de todo o Estado do Ceará. Todos nós sabemos o quanto a eficiência do setor público depende da capacitação e do comprometimento de seus servidores. A exemplo do que já faz o Governo Federal através do seríssimo trabalho de formação desenvolvido pela Escola Superior de Administração Fazendária (Esaf) e também pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), ligadas ao Poder Executivo, a Assembléia Legislativa oferecerá cursos de

graduação e especialização, presenciais e na forma de educação à distância (EAD) em áreas e assuntos ligados à atuação parlamentar, como Direito Constitucional, técnica de redação legislativa, comunicação pública, ética do setor público, história do parlamento, teoria da democracia, dentre outros.

A mim, somente resta torcer para que esta idéia seja levada adiante, não se perca em comissões, nem recue à primeira dificuldade. Que seja discutida abertamente com a comunidade, para que possamos assim, cidadãos e professores, participar de sua construção e para que a Universidade do Parlamento seja pautada em valores educacionais que reflitam a crença no potencial humano e no compromisso em fazer de todo e qualquer espaço educativo um espaço democrático de crescimento coletivo, respeitando as diferenças, estimulando a convivência, exercitando a pluralidade e praticando a cidadania, em contexto de aprendizagem continuada e transformadora. Que a Unipace seja uma escola de excelência comprometida com o verdadeiro espírito público, com a ética e com a cidadania. Que ela seja disseminadora de novos paradigmas de relacionamento com a comunidade e que possa resultar novas idéias que ajudem a repensar o lugar e a tarefa do parlamento nas sociedades atuais.

A iniciativa do presidente Domingos Filho merece ser louvada como um passo importante na consolidação de uma verdadeira democracia entre nós. A sociedade cearense, estaremos presentes.

Segurança pública dará salto de qualidade no Ceará

Roberto Magalhães Monteiro

é formado em Direito e já atuou na área criminal. É delegado de Polícia Federal e foi, até bem pouco, representante da Interpol no Brasil. Por 10 anos, ocupou o cargo de corregedor da Polícia Federal. Na Agência Nacional de Petróleo, ocupou função similar também por um período de 10 anos. Seu nome foi uma escolha pessoal do governador Cid Gomes, por se tratar também de um estudioso das questões relacionadas à segurança pública.

Um grande salto de qualidade na segurança pública do Ceará. É assim que o secretário de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado, Roberto Monteiro, define o pacote de medidas que será encaminhado pelo Governo do Estado, em forma de projeto de lei, à Assembléia Legislativa no início do segundo semestre de 2007. O projeto, que está sendo elaborado pela SSPDC, em parceria com a Secretaria do Planejamento, prevê medidas de impacto no setor que vão desde a criação de uma Perícia Forense de excelência, passando por uma nova Lei de Organização Básica da Polícia Militar com melhorias nos vencimentos dos policiais, até a criação de delegacias como a de Homicídios e a do Aeroporto. Em entrevista à Revista Plenário, o secretário Roberto Monteiro avalia a violência no interior do Estado; a criação de delegacias nos municípios; a realização de concursos para aumentar o efetivo; e o Programa Ronda do Quarteirão.

PLENÁRIO - A Secretaria de Segurança já fez um mapeamento dos bairros da Capital que são mais inseguros. E os municípios cearenses, já foram mapeados?

ROBERTO MONTEIRO - No interior do Estado ainda não. A gente tem um levantamento da situação nas cidades, mas um mapeamento cidade por cidade ainda não foi concluído. A gente sabe, por exemplo, quais são as cidades que estão com maior índice de violên-

cia, principalmente as cidades de maior porte e algumas de menor porte devido à característica de proximidade de fronteiras. Mas um mapeamento cidade por cidade, a Secretaria ainda não fez. Estamos fazendo um trabalho por região, em caráter mais emergencial, para depois individualizar os estudos.

P - E quais são os municípios que precisam de uma maior atenção?

RM - Sem dúvida os de fronteira, principalmente aqueles da Região do Cariri em toda sua extensão, numa área que vai de Campos Sales, até Mauriti, no outro extremo.

P - E o maior problema continua sendo o tráfico de drogas?

RM - Sim, o maior problema são as drogas, principalmente naquela região. Mas temos outros tipos de problemas nos municípios. No norte do Estado, naquela área de Barroquinha, por exemplo, estamos com um problema de prostituição infanto-juvenil muito forte e na região de Tauá, já detectamos problemas de drogas e de violência eventual, causada por pessoas que passam por ali, mas não são da área mesmo, são migrantes. Em Santa Quitéria, estamos com um problema sério de roubo de veículos e a violência também está séria naquela região.

P - Sabe-se que a estrutura de segurança no Interior ainda é deficiente, faltam delegacias e delegados, o efetivo é pequeno. É compromisso de

A intenção do governador é construir cinco delegacias este ano, e 15 em cada um dos três anos subsequentes. E dentro dessa perspectiva, a gente também está promovendo concursos públicos, porque cada delegacia que se constrói precisa ter os efetivos para fazer com que elas funcionem

campanha do governador Cid Gomes a construção de pelo menos 50 delegacias neste início de Governo. O que a Secretaria já está fazendo para levar mais segurança ao Interior?

RM- Agora mesmo, acabamos de assinar um contrato com o IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) para a realização de um concurso de âmbito nacional, para formatar um lay-out para as delegacias do Estado, incluindo essas 50 delegacias previstas pelo governador Cid Gomes para o Interior. Naturalmente, em termos de segurança no Interior, estamos numa situação difícil, eu diria mesmo precaríssima, de uma certa forma até alarmante, porque nós somos 184 municípios e somente 42 deles possuem delegacias. Isso significa que 142, ou seja, mais de dois terços não tem delegacia de Polícia Civil, não tem sequer a presença de um policial civil para fazer os inquéritos e investigar os crimes ocorridos.

P- Tem algum prazo para que essas

delegacias comecem a funcionar. Qual a previsão?

RM- A intenção do governador é construir cinco delegacias este ano, e 15 em cada um dos três anos subsequentes. E dentro dessa perspectiva, a gente também está promovendo concursos públicos, porque cada delegacia que se constrói precisa ter os efetivos para fazer com que elas funcionem.

P- Esses concursos são para a Polícia Civil e Militar?

RM- Sim. Há um concurso da Polícia Militar já em andamento que é para 1.000 praças, mas todos eles serão utilizados no Ronda do Quarteirão. O governador, entretanto, já autorizou que em setembro, se realize um novo concurso para outros 1.000 praças, e este efetivo será todo destinado ao interior do Estado para que tenha, pelo menos no que tange à Polícia Militar, uma presença maior. Em relação à Polícia Civil, nós estamos com um concurso em andamento, para 83 vagas de delegados e 300 vagas para escrivães.

P- O governador Cid Gomes afirmou também, durante a campanha, que pretendia dotar o Ceará de uma polícia científica de excelência. Já existe algum projeto desse tipo?

RM- Sim, essa é a parte da perícia propriamente dita. Vamos criar a Perícia Forense do Ceará. Sua criação será feita através de um projeto de lei de segurança pública para o Estado do Ceará, que está sendo elaborado pela Secretaria de Segurança Pública, em parceria com a Secretaria do Planejamento. A Perícia Forense abrangerá o Instituto Médico Legal, o Instituto de Identificação e o Instituto Criminal e será dirigida pelo perito geral, cargo que também vai ser criado. Assim, a Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania do Ceará terá quatro vinculadas: a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e a Perícia Forense.



> Roberto Monteiro, durante audiência com o presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Domingos Filho, Nival Freire, secretário adjunto de segurança e o deputado Edson Silva

P- Como ela vai funcionar?

RM- A Perícia Forense terá orçamento próprio, desenvolverá pesquisas e contará com equipamentos modernos. Pretendemos que seja um centro de excelência para esse ramo de atividade, funcionando também como referência para o resto do País.

P- Além da criação da Perícia Forense, o que mais está contido nesse pacote de medidas para a segurança pública?

RM- Bom, o pacote engloba várias medidas. Por exemplo, será proposta uma nova Lei de Organização Básica da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Isso permitirá a criação de mais bata-

lhões, companhias e outras unidades no território cearense. A lei atual data de 1978 e estabelece limites nesse contingente, mas ela foi feita quando o Estado tinha 4,5 milhões de habitantes e hoje temos mais de 8 milhões. A Polícia Militar não pode crescer em termos de batalhões e companhias porque a legislação limita, não permite. Uma nova lei permitirá a ampliação. Ela também vai prever uma melhoria de vencimentos aos policiais porque vai conceder a eles subsídios, que é uma exigência do artigo 144, parágrafo 9º da Constituição Federal. Na área da Polícia Civil, como já dissemos, a criação da Polícia Forense. Além disso, será criado o cargo de delegado geral de Polícia,

com vencimentos iguais aos comandantes da PM e Corpo de Bombeiros e ao perito geral. Hoje, o cargo de superintendente da Polícia Civil tem salário inferior porque essa denominação não permite. Eu destacaria ainda a criação de novas delegacias como, por exemplo, a Delegacia de Homicídios. Ela é absolutamente necessária e é a primeira que se cria dentro de um sistema de segurança e não podemos deixar de ter uma com homens preparados, especialmente, para esse tipo de investigação. Criaremos também a Delegacia do Aeroporto, Delegacias da Mulher em municípios com mais de 60 mil habitantes e tornaremos a Delegacia Virtual ainda mais ágil.

P- Quando esse pacote de medidas será enviado à Assembleia?

RM- Bem, as medidas estão agora na Secretaria do Planejamento e depois deverá seguir para a Secretaria da Fazenda, onde estão sendo analisadas as viabilidades técnicas para sua elaboração. Levando-se em conta o período de recesso do Legislativo Estadual, acredito que esse projeto seja encaminhado para votação em agosto. Trata-se de um pacote de medidas que permitirão um grande salto de qualidade na segurança pública do Ceará.

P- Que outras mudanças estão previstas ainda para a Segurança?

RM- Bom, a Secretaria estará mudando para um novo prédio no início de 2008, no prédio do antigo CPOR, na avenida Bezerra de Menezes. Lá vamos ter um melhor fluxo de natureza eletrônica, fluidez e desenvolvimento nos processos de trabalho. Vamos também dar especial ênfase à integração das polícias com a criação da Academia Unificada de Polícia, ou seja, os policiais, desde que entrarem na instituição, vão compor e privar com os colegas de vínculos mais fortes. Além disso, acreditamos que a segurança pública envolve ainda outros aspectos sociais e, por isso, estamos em contato constante com as Secretarias de Educação, Esportes, Trabalho e Desenvolvimento Social, para desenvolver um trabalho de resgate da grande massa de população, notadamente jovens e crianças, que, muitas vezes, servem de massa de manobra para criminosos.

P- E o projeto Ronda do Quarteirão, quando começa efetivamente?

RM- O Ronda do Quarteirão já está pronto. Para entrar em funcionamento falta apenas a aquisição de fardamento, câmeras para as viaturas, armas, enfim, um complexo de equipamentos que estão dependendo somente das licitações. Não me arrisco a falar em prazos porque não depende só do governo agora, é preciso cumprir essas exigências legais. A questão das licitações envolveu uma série de polêmicas, mas é preciso que fique claro que o fardamento e equipamento que queremos não foram escolhidos aleatoriamente. Tudo isso tem muitas implicações. O policial, com um equipamento melhor, sem se preocupar em dirigir trocando as marchas, vai ter mais agilidade, terá melhoria na sua auto-estima, se sentirá superior ao infrator. Além disso, é um equipamento mais durável, com vida útil de cerca de oito anos, e não apenas um ano, como as viaturas pequenas. A duração da caixa de marcha 4 x 4 é indefinida e permite tran-

Lei do Silêncio

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania vai desenvolver um trabalho educativo e de apreensão, no sentido de colocar em prática a Lei do Silêncio. A legislação existe desde o ano passado, quando a Assembléia Legislativa aprovou projeto de autoria do deputado Ivo Gomes (PSB). De acordo com o secretário Roberto Monteiro, será feita, inicialmente, uma ampla divulgação, com caráter informativo e também educativo. Num segundo momento, a polícia será orientada a realizar a apreensão do veículo que estiver utilizando o equipamento de som, em praias, bares, restaurantes, clubes, casas noturnas, etc. Como determina a lei, qualquer cidadão que se sentir incomodado poderá também acionar um policial para fazer cessar o barulho e restaurar a tranquilidade.

sitar por qualquer tipo de terreno. Tudo isso vai dar uma boa visão sob o aspecto psicológico, e mostrar à população a superioridade que o Estado tem diante da delinqüência.

P- O envolvimento de policiais em casos de corrupção, como no episódio Valter Portela, por exemplo, não é sinal da necessidade de uma assepsia na corporação? Como fazer isso?

RM- Esse é um ponto que merece toda minha atenção. Fui corregedor da Polícia Federal por 10 anos e depois exerci a mesma função por mais 10 anos na Agência Nacional de Petróleo. Assim, dou ênfase especial a essas questões de desvios de conduta e, obviamente, ao



O Ronda do Quarteirão já está pronto. Para entrar em funcionamento falta apenas a aquisição de um complexo de equipamentos que estão dependendo somente das licitações. Não me arrisco a falar em prazos porque não depende só do Governo

combate à corrupção. Temos na corregedoria geral o delegado de Polícia Federal aposentado, José Armando Costa. Ele foi o primeiro brasileiro a escrever livros sobre diretrizes disciplinares, obras que hoje são citadas até nos acórdãos dos Tribunais Superiores. Sabemos que uma das causas da violência é decorrente de fatos delituosos praticados em decorrência da corrupção. Por isso, não temos dúvidas, uma das ferramentas mais importantes é fortalecer o corregedor.

P- E quanto à segurança nos presídios, o que fazer para impedir que presos controlem o crime de dentro?

RM- Eu e o Dr. Marcos Cals (secretário de Justiça) estamos estudando uma forma de neutralizar a recepção de sinais de telefones celulares sem afetar a população que vive no entorno. O problema é que esses aparelhos nem sempre entram inteiros, vão, às vezes, em peças separadas, como baterias e chips. Além disso, o equipamento para bloquear celulares GSM é de um tipo, o que bloqueia os de TDMA é de outro. Mas estamos estudando e vamos encontrar a melhor solução.



> Cabine da PM no cruzamento da avenida Raul Barbosa com Murilo Borges, na Aerolândia

Parlamentares acreditam em reforço na segurança pública

O primeiro secretário da Assembleia Legislativa, deputado Zezinho Albuquerque (PSB), afirma que a Casa vem atuando de forma direta em todos os assuntos que se referem ao desenvolvimento do Ceará e, conseqüentemente, da população. A segurança é um tema fundamental que merece atenção especial dos parlamentares e que, segundo ele, tem sido uma das principais metas do Governo Cid Gomes. O deputado garante que o Programa Ronda do Quarteirão está pronto para entrar em ação.

Segundo ele, apesar das muitas críticas, inclusive aquelas que provocam os debates em plenário, “o Ronda do Quarteirão já saiu do papel”. Em resposta às muitas críticas, ele lembrou que “todos cobravam mais investimentos na segurança e agora, quando o Governo está oferecendo uma excelente estrutura, muitos querem questionar”. O parlamentar assegura que o “governo Cid Gomes está comprometido com a sociedade cearense”. Albuquerque destaca que estão sendo feitos diversos investimentos no interior do Estado e muitas ações estão avançando no setor da segurança pública.



> Deputado Zezinho Albuquerque

“O volume de prisões realizadas pela polícia é imenso”, lembrou o deputado do PDB, acrescentando, no plenário da Casa, que o secretário de Segurança Pública do Estado, Roberto Monteiro, está desenvolvendo um excelente trabalho nesse setor. “Não tenho dúvidas de que o governador Cid Gomes vai continuar trabalhando nesse e em outros setores”, garantiu.

Detran Móvel

Zezinho Albuquerque destacou que as ações do Estado estão sendo feitas em diversas frentes para resolver questões de segurança pública também no Interior. Ele informou que, por determinação do governador Cid Gomes, o Detran do Ceará adotou algumas medidas que vão, além de facilitar a vida das populações do campo, contribuir com o trabalho da polícia para a identificação de veículos roubados.

Segundo o primeiro secretário, trata-se de um tipo de crime que vem se tornando comum no Interior. A recuperação do veículo, entretanto, torna-se difícil porque, muitas vezes, a documentação não está regularizada ou os motoristas não possuem habilitação. E, segundo ele, isso acontecia até agora porque não existiam postos do Detran na maioria dos municípios, notadamente nas localidades mais distantes.

A partir de agora, segundo Zezinho Albuquerque, os municípios e os distritos mais longínquos poderão contar com o Detran Móvel, criado para oferecer todos os serviços do Departamento, tais como, habilitação, documentação e transferências de veículos. “Agora, pequenas localidades em municípios como Massapê, ou como os de Irauçuba, terão a oportunidade de acesso aos serviços que antes eram oferecidos apenas nas sedes municipais de forma esporádica, quando as equipes do Detran se deslocavam até lá”, afirmou.

Albuquerque diz também que o governador Cid Gomes determinou ao Detran a criação de novos postos em Sobral e Juazeiro do Norte e que, no próximo semestre, mais duas cidades serão escolhidas. O governador determinou ainda a ampliação de outros postos já existentes. O Detran Móvel seguirá de cidade em cidade, permanecendo uma semana em cada uma. Isso evitará os transtornos que a população tem porque não tiveram a oportunidade de legalizar a documentação.



> Por medo de assaltos, comerciantes se sentem obrigados a colocar grades de ferro em seus comércios

Deputados pedem inclusão do Estado do Ceará no plano nacional de segurança

As questões referentes à segurança pública no Estado têm sido um dos principais temas dos debates na Assembleia Legislativa. Tanto no plenário como nas comissões técnicas, os parlamentares estão, diariamente, traçando um quadro sobre a gravidade da violência no Ceará, apresentando sugestões, reivindicando medidas e cobrando providências das autoridades. As questões que mais preocupam referem-se a insegurança na Região Metropolitana de Fortaleza e à disseminação da violência no interior.

Dentre as principais cobranças feitas pela Assembleia Legislativa, está a inclusão da Região Metropolitana de Fortaleza nas ações do Programa Nacional de Segurança Pública com a Cidadania (Pronas), pedida pelos deputados Nelson Martins (PT), que é o líder do Governo Cid Gomes, e Luiz Pontes, do PSB. As comissões de Defesa Social e a de Direitos Humanos e Cidadania têm realizado várias audiências públicas sobre questões relativas à violência. Outro assunto exaustivamente debatido é o projeto Ronda do Quarteirão, do governo estadual.

Ronda do Quarteirão

O projeto gerou muitas discussões e polêmicas provocando ações judiciais no sentido de suspender a licitação. Os críticos alegaram que o edital favorecia uma empresa. Mas a Justiça se posicionou a favor do Governo. Entre os parlamentares contrários aos equipamentos que o Governo pretende comprar, Heitor Férrer, do PDT, está na linha de frente. Ele argumentou que o Governo quer comprar 200 “carros de luxo” para a Polícia Mili-

tar, no valor aproximado de R\$ 156 mil cada, totalizando mais de R\$ 30 milhões. Para ele, essa compra é uma “megalomania”. “Mas não queremos que o Ronda do Quarteirão se atrase, queremos que dê certo, mas não podemos nos calar diante de um edital que é excludente”, disse.

Outros deputados, como Adahil Barreto (PR) e Ely Aguiar (PSDC) também se aliaram às críticas ao edital, da forma como está colocado. “O Governo pode exigir potência, segurança do veículo, robustez, mas não pode estabelecer regras que se sugere o direcionamento de uma licitação como essa”, argumentou Adahil. Ely Aguiar disse que o secretário de Segurança Pública “acha que Fortaleza é Miami ou o principado de Mônaco”. Ele defendeu a compra de motos de maior potência, argumentando que teriam melhor acesso a regiões como favelas e ruas estreitas.

Licitação

Mas muitos parlamentares têm se posicionado a favor do projeto. Moésio Loiola, do PSDB, é um deles. Na sua opinião, o poderio financeiro do crime organizado é enorme e, por isso, o Estado “tem que ir para cima de bandido é com megalomania mesmo”. Foi a mesma argumentação feita por José Albuquerque (PSB), lembrando que todos queriam investimentos em segurança, mas depois, diante de um projeto dessa magnitude, se posicionam contra. Luiz Pontes também foi contra a acusação de que a licitação seria direcionada. “Não podemos ter a irresponsabilidade de dizer que o Governo está direcionando licitação, mas sim tra-

zendo o que tem de melhor para aparelhar a polícia do Ceará”.

Coube ao líder do Governo, Nelson Martins, apresentar números referentes aos avanços em segurança pública e expor os estudos realizados pelo Executivo para fazer do Programa Ronda do Quarteirão um projeto de excelência. Nelson desmentiu que a exigência de câmbio automático para os veículos, feita pelo edital, represente diferença de R\$ 30 mil a mais para cada automóvel. Ele disse que chegou a telefonar para três concessionárias. “A diferença entre carros da mesma marca que usam câmbio manual para os que utilizam câmbio automático girou entre R\$ 4,8 mil e R\$ 6 mil”, disse.

O líder do governo explicou que a exigência se coloca porque carros com câmbio automático são “mais versáteis” e possibilitam agilidade ao policial em uma situação de perseguição, por exemplo, em que ele deve ter, além da atenção com o tráfego, que checar informações passadas pelo Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) em um painel que fica do lado direito do automóvel.

Para Nelson, está comprovado que a utilização de veículos como Gol e Paraty não é mais adequada para o tipo de trabalho exigido pelo Ronda do Quarteirão e por outras atividades policiais. Quanto ao argumento de que os critérios do edital poderiam beneficiar alguns modelos já existentes no mercado, Nelson respondeu: “Hoje as montadoras brasileiras estão entre as mais modernas do mundo. Nada impede que produzam carros adaptados para esta concorrência”.

Nelson alertou, ainda, para o lobby de uma determinada empresa que “venceu várias concorrências do Estado” e agora tem feito pressão contra o edital para que tenha interesses favorecidos. “Devemos ter cuidado em nosso papel de parlamentar para que, indiretamente, não venhamos a defender os interesses desta empresa”, disse ele.



Saiba como as comissões ligadas ao tema atuam na questão da segurança

Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania

Presidente: deputado Heitor Férrer (PDT)

Tem realizado discussões, algumas em conjunto com a Comissão de Defesa Social, sobre o envolvimento de policiais em grupos de extermínio. Outra discussão é sobre a possibilidade da federalização das investigações que estão sendo realizadas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e que apuram o

envolvimento de policiais militares e civis nesses grupos. O apoio moral e jurídico a famílias de vítimas da violência também tem sido efetivados. Às comissões receberam os familiares dos médicos Marcelo e Leonardo Benevides e do comerciante Zildécio Lopes da Silva, assassinados por policiais. Autoridades da área, como

o secretário de Segurança Pública do Estado, Roberto Monteiro; a presidente do Conselho de Segurança Pública do Estado, Sandra Dond; o procurador-geral de Justiça, Manuel Lima Soares Filho; e representantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB-CE têm participado dos debates.

Comissão de Defesa Social

Presidente: deputado Edson Silva (PDT)

Tem atuado em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos na questão do envolvimento de policiais em grupos de extermínio. O deputado Edson Silva (PDT) quer também realizar uma audiência pública e depois amadurecer a ideia de um projeto para impor a restrição de venda de bebidas alcoólicas a menores no Ceará e após às 22h em

Fortaleza. Acha que a falta de segurança é um assunto em pauta, mas a questão primordial é a discussão das causas que geram a violência e o crescimento da criminalidade. “Não sou contra investimento na segurança. Sou favorável a salário digno para todos os policiais. Mas a discussão principal passou ao largo. O álcool tem sido um dos principais ingre-

dientes da violência e na nossa cidade não há menor controle na venda e no uso da bebida alcoólica”. Ele defendeu fiscalização e rigor na venda indiscriminada, por exemplo, de bebidas nos postos de gasolina. “Os jovens vão abastecer seus carros e iniciam ali mesmo o consumo de álcool, pondo em risco suas vidas e da sociedade”, alerta.

Comissão de Infância e Adolescência

Presidente: deputada Livia Arruda (PMDB)

A comissão vem realizando debates e audiências públicas para discutir medidas sócio-educativas na recuperação de adolescentes em conflito com a lei. Em recente discussão, solicitada pelo deputado Ronaldo Martins (PMDB), Livia Arruda destacou a importân-

cia do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A proteção à criança e ao jovem é dever da família, da sociedade e do Estado. Ela se posicionou contra a redução da maioria penal por entender que o rebaixamento não reduz os índices de

criminalidade juvenil, e defendeu o combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças. “Além disso, temos o compromisso de ser contra a retirada dos recursos orçamentários das políticas públicas da infância e adolescência”.

Opiniões



Ely Aguiar (PSDC)

Cobra medidas emergenciais para conter a onda de violência. Para ele, o efetivo é pequeno e acaba sacrificando o policial. Tem dirigido alertas constantes sobre a situação e feito denúncias sobre casos que presencia como repórter policial, como é o caso do aumento dos crimes de pistolagem. Exige medidas urgentes das autoridades estaduais e sugere para o Ceará um projeto idêntico ao do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que segundo ele, defende a autonomia dos Estados para legislar sobre a área de segurança pública.



Vasques Landim (PSDB)

O deputado acredita que a questão é mais abrangente: o Brasil precisa ter uma política de segurança nacional para que se avance neste setor. “Como um governo de Estado pode exercer políticas públicas se as leis não funcionam? Os recursos têm sido reduzidos e isso agrava a questão da segurança. O Governo Cid quer realmente priorizar a questão da segurança com o programa Ronda do Quarteirão que tem boa logística”, entende.



Júlio César (PSDB)

Tem feito constantes denúncias sobre a onda de violência no município de Maracanaú, especialmente no distrito de Pajuçara que concentra o maior índice de homicídios do Estado, o que por si só exige uma ação nessa área da segurança pública. Para ele, a inclusão da Região Metropolitana no Programa Nacional de Segurança iria trazer um forte aporte de recursos, que iria complementar as verbas já definidas para o programa Ronda do Quarteirão.



Tomás Figueiredo (PSDB)

Vem fazendo alertas sobre a necessidade dos programas de segurança pública atingirem os demais municípios do interior cearense, além da Região Metropolitana. “A população dos municípios do Interior está temerosa”, afirmou, lembrando que a insegurança já se alastra pelos nossos municípios.



Carlomano Marques (PMDB)

O parlamentar tem manifestado apoio à gestão de Roberto Monteiro à frente da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. “O Ceará não precisa de um secretário truculento, mas de alguém experiente, que possa conduzir um projeto sustentável de segurança pública. Tenho certeza de que a escolha de Roberto Monteiro para o cargo foi uma decisão correta do governador Cid Gomes”, afirmou. Francisco Caminha e Roberto Cláudio, do PHS, também se alinham a essa posição.



Nelson Martins (PT)

O líder do Governo tem mostrado números que apontam a queda nos índices de criminalidade, esclarece sobre as metas do Programa Ronda do Quarteirão e defende a ação do secretário de Segurança Pública, Roberto Monteiro. Anunciou ainda que o Governo do Estado está reativando o Conselho de Segurança Pública, já autorizou a contratação de dois mil policiais para o Programa Ronda do Quarteirão, que, segundo ele, está na dependência da aquisição de carros e, além disso, “está preparando a fiscalização sobre a Lei do Silêncio, a Lei Seca, a Tolerância Zero e a implantação de mais delegacias para o Interior”.



Ferreira Aragão (PDT)

Tem solicitado diversas medidas, dentre elas, uma maior atenção para o aumento dos crimes de seqüestro no Ceará. Disse que apesar do “endurecimento” da lei que penaliza o sequestro, este tipo de crime continua crescendo. Também defende uma estrutura melhor no Estado para atender os jovens dependentes químicos, “cujos pais não têm recursos para pagar o tratamento necessário”. Diz que apesar da Lei 11.343, que trata sobre entorpecentes, descriminalizando o dependente químico, muitos pais de família chegam a pedir aos delegados de Polícia que tranquem os filhos, evitando assim que eles cometam algum crime.



Teo Menezes (PSDB)

Tem alertado para o aumento da criminalidade no Interior, notadamente nos municípios próximos a Fortaleza, como é o caso de Pacajus. Segundo ele, o município está pedindo socorro. Ele apresentou projeto de indicação autorizando o Poder Executivo a contratar, temporariamente, empresas de serviços de segurança particular no âmbito do Estado do Ceará, com o objetivo de auxiliar a Segurança Pública do Estado. Ele diz que o objetivo é prevenir, inibir e restringir ações de pessoas que atentem contra a vida, oferecendo tranquilidade e segurança aos cidadãos cearenses.



Professor Teodoro (PSDB)

O parlamentar tem destacado o papel da educação como alternativa para o combate à violência. “Diversos problemas de segurança pública podem ser resolvidos com o estímulo à educação. O primeiro passo para isso é melhorar a qualidade da escola pública em Fortaleza e no Interior”. Pediu, também, a inclusão de representantes das secretarias da Educação e da Cultura no Conselho Estadual de Segurança Pública. Vê a segurança pública como uma área complexa, por envolver setores diversos como a Polícia, o Judiciário e a própria sociedade como um todo. Mas dá um “crédito de confiança” ao governador Cid Gomes (PSB) pela visão que a cúpula de segurança pública do Estado tem sobre a área, tratando-a como uma questão intersetorial.



Neto Nunes (PMDB)

O deputado também vem dirigindo alertas sobre o crescimento da criminalidade no Interior. “A medida em que Estados, como o Rio de Janeiro, intensificam o combate ao crime, os bandidos tendem a migrar para outras regiões do País. Daí vemos o crescimento da violência em todo o Ceará”, afirmou ele. Neto Nunes relembra casos de assassinatos e atentados em municípios como Iguatu e Icó. Neste último, chamou a atenção, também, para a situação precária da cadeia pública: “Em Icó, aconteceram 24 fugas de bandidos em 2006.”

Sociedade participa da atualização constitucional

A **atualização** da Constituição do Estado é um processo que vem se destacando pela completa abertura à participação da sociedade cearense. Além das emendas apresentadas pelos deputados, a Assembléia Legislativa recebeu propostas dos mais diversos setores da sociedade civil organizada. “Queremos que os cidadãos cearenses apresentem suas sugestões”, afirmou o presidente da Casa, deputado Domingos Filho (PMDB). Para ele, esse é o verdadeiro princípio da revisão: atualizar a Constituição de modo que ela atenda aos anseios da sociedade, que é o seu fim maior.

Na verdade, a iniciativa de atualizar a Constituição do Estado foi do próprio Domingos Filho, tão logo assumiu a presidência da Casa. Como advogado e estudioso do Direito Constitucional, ele estava atento às necessidades da realização desse trabalho, bem como da discussão e participação de todos os setores sociais, passando pelos meios científicos e acadêmicos.

A Constituição Federal de 1988 já previa a realização de uma revisão, mas até agora isso não havia sido feito. A necessidade de atualizar o texto constitucional foi se tornando mais evidente a cada ano, até porque, em algumas áreas, como o meio ambiente e a tecnologia, o texto está obsoleto. Outro ponto que preocupava deputados e juristas refere-se às prerrogativas dos Poderes para legislar. Para o presidente da Assembléia, temos “no Brasil uma federação às avessas, pois no modelo federativo os muni-

cípios devem ser mais fortes”, o que não acontece aqui.

A revisão da Constituição Estadual se encontra em fase de triagem das emendas apresentadas pelos deputados estaduais e instituições da sociedade civil organizada. O trabalho está sendo feito pela Diretoria Operacional da Assembléia Legislativa que recebeu prazo de 15 dias para encaminhar as sugestões às Comissões Técnicas. Foram apresentadas 177 propostas visando a atualização da Carta Magna estadual. Desse total, 137 foram apresentadas pelos deputados e 40 por instituições da sociedade civil.

A triagem das sugestões, segundo Carlos Martins, diretor operacional da Assembléia, está sendo feita por assunto para que sejam encaminhadas às comissões de acordo com as afinidades por temas. Esse processo de triagem, segundo ele, envolve uma avaliação prévia de cada proposta, um estudo jurídico e avaliação da pertinência da matéria. “Somente após essa triagem as propostas serão enviadas às comissões técnicas”, explicou Martins.

De acordo com Carlos Martins, depois que as propostas forem enviadas para as comissões técnicas, elas terão um prazo de 45 dias para discuti-las e então, começa o trabalho da Comissão de Sistematização. Essa Comissão encaminhará o resultado para a Comissão de Atualização, formada por juristas e constitucionalistas coordenados pelo advogado Valmir Pontes Filho. À Comissão de Atualização caberá elaborar

o texto final, que será encaminhado à Mesa Diretora da Assembléia

O prazo de apresentação de emendas à Constituição Estadual contou com grande participação da sociedade civil, tanto que a Assembléia Legislativa do Ceará precisou prorrogar por mais 15 dias o prazo de recebimento, devido a grande demanda. O aumento do prazo teve por objetivo permitir que setores da sociedade apresentassem sugestões que pudessem ser incorporadas ao texto constitucional. O prazo terminou no último dia 7 de junho.



Emendas apresentadas

>> Números

177

emendas foram apresentadas

137

propostas por parlamentares

40

pela sociedade civil organizada

Emendas dos deputados

- 69** - Ferreira Aragão (PDT)
- 15** - Heitor Férrer (PDT)
- 13** - Augustinho Moreira (PV)
- 9** - Hermínio Resende (PSL)
- 6** - Roberto Cláudio (PHS)
- 6** - Professor Teodoro (PSDB)
- 5** - Tomás Figueiredo Filho (PSDB)
- 3** - Carlomano Marques (PMDB)
- 2** - Adahil Barreto (PR)
- 2** - Ronaldo Martins (PMDB)
- 2** - Sérgio Aguiar (PSB)
- 1** - Rogério Aguiar (PSDB)
- 1** - Perboyre Diógenes (PSL)
- 1** - Rachel Marques (PT)
- 1** - Francisco Caminha (PHS)
- 1** - João Jaime (PSDB)

Emendas da sociedade civil organizada

- Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Estado
- Federação das Associações Emancipalistas do Estado do Ceará
- Instituto Cearense de Estudos Tributários (ICET)
- Instituto do Ceará
- Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado do Ceará (SintafCE).
- Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará
- Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Ceará (Adepol)
- Instituto 21 de Abril
- Associação dos Auditores e Fiscais do Tesouro do Estado do Ceará (Auditece)
- Sebrae - CE
- Conselho Comunitário de Defesa Social
- Associação dos Escritores, Trovadores e Folheteiros do Estado do Ceará
- Cooperativa dos Transportes Alternativos
- Federação das Cooperativas de Transporte de Passageiros do Estado
- Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)
- Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará (Sinduscon)
- Sindicato dos Servidores Públicos das Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará (Apeoc)
- Defensoria Pública Geral do Estado.

Conheça algumas das emendas apresentadas

Sindicato Apeoc

Apresentou 9 emendas ligadas ao setor de educação onde são consideradas as principais teses da categoria: a elevação de 25 para 30% do orçamento para a rubrica da educação; o restabelecimento da licença-prêmio de três meses de férias para os professores por cada cinco anos trabalhados; a criação de escolas para crianças especiais, com pessoal com treinamento específico para estes alunos; e ampliação do número de professores sindicalistas (liberados para atuar no sindicato) de cinco para dez, de forma a atender com maior presteza os 36 mil filiados da entidade, em todo o Estado.

OAB-CE

Em uma de suas propostas, a OAB propõe que seja “vedada a suspensão do fornecimento de serviço público essencial, em qualquer hipótese e qualquer que seja a causa da solução de continuidade, nos casos que a providência implicar em ameaça de lesão ao direito à vida, à saúde, à segurança, à educação e ao meio ambiente”. Na outra, ela propõe que passe a ser “obrigatória a veiculação da informação em percentuais dos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o consumo de produtos e serviços”.

SINTAF

O Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) apresentou proposição alterando três artigos da Constituição do Estado. Uma delas pretende incluir na Constituição Estadual uma emenda

da que unifique o teto do servidor público e que já foi inserida na Constituição Federal por meio da emenda 47. O terceiro artigo pretende incluir na Constituição a carreira da administração tributária, também já está contemplada na Constituição Federal.

>> Fique por dentro

A Assembléia Legislativa está fazendo uma revisão na Constituição Estadual, ou seja, ela está sendo atualizada e não reformulada. Assim, a revisão não deve ser confundida com uma Reforma Constitucional. A Assembléia, portanto, não tem poder para reformar a Carta Magna do Estado porque, para isso, seria necessário um Poder Constituinte originário, ou seja, uma Assembléia Estadual Constituinte eleita pelo povo, numa eleição específica. Ou então, um poder constituinte derivado, onde o eleitor, além de eleger o deputado, elege-o também como constituinte, como aconteceu em 1986. Na atualização que está sendo feita, serão retirados do texto da Carta Magna aqueles artigos já declarados inconstitucionais e feitos acréscimos, a partir de emendas, desde que não firam as disposições contidas na Constituição Federal.

>> artigo



Helio Leitão

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Ceará (OAB-CE)

Atualização Constitucional: a contribuição da OAB-CE

A atualização da Constituição do Estado, levada a efeito pelo Poder Legislativo Estadual, não só vem em muito boa oportunidade como já ganha a adesão e o apoio das mais representativas entidades de nossa sociedade. Isso graças ao importante processo de abertura à participação da sociedade, inclusive com o recebimento de sugestões de associações, sindicatos, institutos e demais instituições de classe.

Nesse sentido, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará, já apresentou sugestões para serem incluídas no novo texto constitucional. A entrega foi feita ao presidente do Parlamento Estadual, deputado Domingos Filho, durante a sessão do último dia 22 de maio.

Uma delas é acrescentar parágrafo único ao art. 14 da Constituição Estadual, através do qual passaria a ser vedada a suspensão do fornecimento de serviço público essencial, em qualquer hipótese e qualquer que seja a causa da solução de continuidade, nos casos em que a providência implicar ameaça de lesão ao direito à vida, à saúde, à segurança, à educação e ao meio ambiente.

Da redação atual do texto constitucional se verifica a omissão do legislador constituinte originário que, em fase anterior ao ciclo de delegação dos serviços públicos essenciais à iniciativa privada, deixou de atentar para os eventuais conflitos entre o interesse público e o interes-

se privado.

Nesse caso, o falecimento da senhora Maria Luíza Bezerra, no dia 4 de maio deste ano, em Fortaleza, por ocasião da suspensão do fornecimento de energia elétrica, privando-a do tratamento adequado à sua enfermidade, revelou a vulnerabilidade do direito à vida quando confrontado com os interesses econômicos.

Várias instituições apresentaram suas sugestões, em um processo que contribui para o fortalecimento da democracia

A segunda sugestão apresentada pela OAB-CE visa a acrescentar o parágrafo 4º ao art. 191 da Constituição Estadual, pelo qual passará a ser obrigatória a veiculação da informação em percentuais dos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o consumo de produtos e serviços.

Essa determinação contribuirá para o aprimoramento da consciência cidadã, na medida em que os consumidores passarão a conhecer em que intensidade

participam da formação da receita derivada necessária ao financiamento dos serviços públicos e atribuições próprios do Estado, nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

Assim como a OAB-CE, várias outras instituições apresentaram suas sugestões, em um processo que contribui sobremaneira para o fortalecimento da democracia em nosso Estado.

Ponto de fundamental importância diz com a introdução efetiva de mecanismos de democracia direta na vida pública cearense, numa palavra, a inclusão do soberano, o povo, no processo político. A realização da democracia participativa, tão brilhantemente defendida pelo mestre Paulo Bonavides. É tornar factível, usual mesmo, a convocação de plebiscitos e referendos, viabilizar projetos de iniciativa popular e tomada de decisão, pelo povo, com relação à alocação de parte dos recursos do orçamento do Estado.

Essa ousada empreitada, idealizada pelo presidente da Assembléia Legislativa certamente se traduzirá na modernização do texto constitucional. É, sem dúvida, uma tarefa hercúlea, da qual a OAB-CE está participando ativamente, envidando todos os esforços de modo a contribuir para os debates legislativos e para a produção de normas tecnicamente perfeitas e que, sobretudo, não se afastem dos lícitos interesses do povo desta terra.

Uma viagem por pedaços de paraíso

Caetanos, Retinho,

Barroquinha, Majorlandia, Canoa Quebrada, Águas Belas, Bitupitá, Marambaia. Os nomes podem até parecer desconhecidos para muitos cearenses, mas, com certeza, serão sinônimos de paraíso para os milhares de turistas que começam a desembarcar no Ceará neste mês de julho, quando começa a temporada de alta-estação. São 573 km de um litoral rico em opções onde dunas majestosas convivem harmonicamente com falésias, grutas, fontes de águas cristalinas, vastos coqueirais e lagoas deslumbrantes. Para o visitante, basta apenas apontar o dedo no mapa e traçar o roteiro de uma aventura inesquecível. Então, sejam todos bem-vindos.

Claro que essa não será tarefa das mais fáceis, afinal o leque que se desdobra emoldurado por um sol intermitente é dos mais vastos. Então nada melhor do que uma pequena ajuda para o seu roteiro inesquecível de viagem. Podemos começar pelo litoral leste, tomando a CE-040, onde a lua e estrela – símbolo da praia de Canoa Quebrada – já se transformou numa referência internacional. Antes, contudo, para os amantes dos casarios antigos decorados com ricas peças de azulejos portugueses, Aracati congrega um dos conjuntos arquitetônicos mais importantes do Ceará, preservado desde 2000 como patrimônio nacional e é uma parada obrigatória. Distante 148 quilômetros de Fortaleza, a cidade foi fundada em 1747 e tem seu nome originado do tupi e quer dizer “vento que sopra do norte e refresca os ardores do estio”. A Igreja da Nossa Senhora do Rosário, e matriz do município, é um dos muitos pontos que merecem ser visitados.

Depois dessa viagem no tempo, nada

melhor do que se deslumbrar com o mar azul e as dunas brancas de Canoa Quebrada, localizada a poucos minutos de Aracati. A praia foi descoberta por um navegador português, que, em 1650, teve seu barco encalhado na costa. Daí a origem do nome. Localizada num platô, a pequena vila de pescadores passou a ser descoberta pelos viajantes no início dos anos 70, que se aventuravam com mochilas a subir as dunas. Único acesso possível, já que, na época, não havia uma estrada direta.

Passadas três décadas, o local ganhou estrutura de cidade turística. A rede hoteleira é vasta e abrange todos os gostos e verbas. Das mais simples, com quartos dotados de ventiladores no centro da vila, até pousadas deslumbrantes com suítes ricamente decoradas e piscinas instaladas de frente para o mar. A culinária é um atrativo à parte. Devido ao grande fluxo de visitantes estrangeiros – com muitos instalando-se definitivamente no povoado – podemos saborear da temperada culinária mexicana até pratos exclusivos da cozinha francesa. Isso sem esquecer as tradicionais massas italianas. A maioria dos restaurantes estão instalados na Broadway – principal corredor da cidade –, onde a noite parece nunca ter fim com os bares fervendo até ao amanhecer, numa propulsão de sons e ritmos, com destaque para o Bar do Reggae que, desde 1980, faz alegria dos visitantes.

Como se não bastassem as praias de águas azuis rodeadas por dunas e falésias, a estrutura de barracas é uma atração a mais para os visitantes. Isso, inclusive, foi o que mais cativou o casal Felipe e Carla Brediesvsk, de Curitiba. Por recomendação de amigos, eles lembram que Canoa foi a primeira praia escolhida para a viagem de

férias. “O visual é simplesmente lindo e o acolhimento das pessoas é maravilhoso”, comenta ela feliz. Quem também comemora esta felicidade são os comerciantes e, principalmente, os bugueiros. Os passeios de jangada e bugres são os mais disputados. O primeiro custa R\$ 10,00 por pessoa e oferece uma aventura de 30 minutos no mar. Já para o segundo é cobrado R\$ 100,00 para quatro pessoas e oferece uma hora e meia de pura adrenalina e cenários cinematográficos de dunas e belas lagoas.

Pegando a estrada de volta a Fortaleza, o visitante tem várias outras paradas obrigatórias. Entre elas está Beberibe. As falésias vermelhas, com seus corredores e grutas, são marcas registradas da Praia das Fontes, que conta ainda com um complexo hoteleiro dos mais modernos. Outro festival para os olhos é a Lagoa do Uruaú. Transformada em área de proteção ambiental em 1999, a lagoa é uma das maiores do Estado e é excelente para a prática de esportes náuticos, inclusive mergulho.

Antes de retornar a Fortaleza, é bom agendar uma chegada a Cascavel, a 64 quilômetros da Capital, e conferir praias como Caponga, Barra Nova, Águas Belas e Balbino. Nesta última, inclusive, foi criada uma área de proteção ambiental de 250 hectares, que inclui um ecossistema de coqueiros, manguezais e lagoas. O artesanato em cerâmica e cipó também merece uma atenção especial. Assim como as praias de Iguape, Prainha, Japãozinho e Porto das Dunas – onde o complexo aquático do Beach Park é o grande destaque – todos localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza e com acesso fácil pela CE-040.

De volta à Capital, o turista também pode recarregar as baterias e retomar a es-



trada, desta vez para se deslumbrar com as belezas no nosso litoral oeste, usando como acesso a BR-22 ou a CE-085. A aventura começa logo após a partida. É só cruzar a ponte sobre o rio Ceará, na barra do mesmo nome, que logo em seguida o visitante vai se deslumbrar, como diz o velho refrão do clássico musical: “caminhando um pouco mais deparei com vastos coqueerais. Estava no Ceará. Terra de Itapuan, de Iracema e Tupã”. O local é, precisamente, a praia do Cumbuco onde, além do belo visual, o turista tem os passeios de bugres pelas dunas como opções de boas doses de adrenalina. É lá também que fica a Barra e a Lagoa do Cauípe, um recanto para esportes aquáticos, onde os amantes do skyboard demonstram todas suas habilidades. Para os menos aventureiros, os passeios de jangada na própria lagoa e degustar um excelente caranguejo ou peixe são ótimas pedidas. Isso sem falar no visual deslumbrante de serra, coqueiros, lagoa e mar. Todos enquadrados numa única e bela moldura.

O desejo para viver novas aventuras continua. É com esse espírito que o visitante espanta o cansaço e se prepara para outro visual digno de cinema. Em Itarema, a 237 km da Capital, além das belezas do lugar, foi instalado um dos núcleo do Projeto Tamar, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a proteção de várias espécies de tartarugas marinhas.

Vir ao Ceará e não levar uma imagem da famosa Pedra Furada da praia de Jericoacoara, em Jijoca de Jericoacoara, a 294 km de Fortaleza, é quase uma heresia. Listada pelo sisudo jornal Washington Post como uma das mais belas praias do mundo, o local faz juz à fama e atraí turistas de todo o mundo que se encantam com suas lagoas azuis, praias do rochedos, cavernas e coqueerais. A estrutura está garantida por uma ampla rede de pousadas, hotéis e bons restaurantes. Se ainda restar fôlego ao nosso aventureiro, ele pode chegar ao

>> Personagens



“Todos os anos ficamos aguardando a alta estação e a chegada dos turistas. Esse parece que será melhor ainda, pois muitos visitantes tem chegado muito mais cedo. E isso é bom para todo mundo”

Antonio José Costa do Nascimento, bugueiro e dono de barraca em Canoa Quebrada.



“Além de adorarem a praia e os passeios de jangada e bugre, os turistas sempre gostam de levar uma lembrança da viagem, principalmente se for algo artesanal e feito com carinho”

Edson Lucas Nunes, artesão de Aracati que comercializa seus produtos em Canoa.

extremo oeste do nosso litoral, já na divisa com o Piauí. Estamos em Barroquinha, a 413 km de distância de Fortaleza, onde o destaque é o Pontal das Almas, com a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. O deslumbramento fica por conta das várias praias, dunas, mangues, rios, lagoas e pequenas ilhas, como a Ilha Grande. Depois de toda essa epopéia, resta ao nosso visitante retornar para casa levando na bagagem as mais belas imagens captadas e a certeza de contar os dias no calendário para voltar ao Ceará. As boas vindas já são dadas antecipadamente.



> Os praticantes de skyboard elegeram a Lagoa do Cauípe como lugar ideal para o esporte

Serra e cachoeira na próxima esquina

Apesar das deslumbrantes praias que compõem o nosso litoral, o Ceará tem outras atrações pelo Interior. Para quem não pretende se aventurar para locais mais distantes como Guaramiranga, Ubajara ou Tianguá. O visitante tem uma opção bem mais perto. Ainda na Região Metropolitana de Fortaleza, a cerca de 30 km – cerca de 20 minutos por uma estrada duplicada e em perfeitas condições – encontramos o município de Pacatuba. Além de um conjunto arquitetônico datado do final do Século XVIII e início do XIX e o espetáculo da Paixão de Cristo, encenado no período da Semana Santa num teatro ao ar livre, e que atrai milhares de visitantes, a ci-

dade possui outras atrações. A principal delas é a Estação Ecoturística Parque das Andréas, onde se localiza a nascente do rio Cocó. Funcionando diariamente, nos fins de semana o local recebe um grande público que se delicia nos banhos de suas várias piscinas naturais, que se sucedem serra adentro. Para os mais aventureiros, há ainda a prática de parapente. Pouco antes da entrada da cidade, no distrito de Monguba, dezenas de desportistas se reúnem todos os domingos para a prática do esporte radical. Do alto da serra da Aratanha, sempre ao entardecer, eles iniciam os saltos, dando um colorido todo especial ao céu do fim de semana.

>> Dicas

Canoa Quebrada

Durante o passeio de bugre pelas dunas não deixe de conhecer os lenções freáticos e a lagoa do skybunda. Localizada no final de grande duna, o local é equipado com um sistema de roldanas que permite ao visitante deslizar pelo ar, terminando com um mergulho na lagoa. Para quem não se aventura a enfrentar a subida de volta, um pequeno bonde leva os visitantes para cima.

Praia das Fleixeiras

No meio ao cinturão de rochas que toma parte da praia, você pode se surpreender com o que os nativos chamam de “esguincho da baleia”. São pequenos furos nas pedras onde a água do mar entra com

certa força formando um belo espetáculo.

Praia das Fontes

Ao visitar essa praia em Beberibe, coloque a preguiça de lado e arrisque uma bela caminhada ao longo das falésias. As surpresas serão as melhores com grutas e bicas escondidas que farão sua alegria e para os enamorados o cenário é pra lá de romântico.

Lagoa de Jijoca

Essa bela lagoa, localizada entre os municípios de Cruz e Jijoca de Jericoacoara é formada por dois córregos e fechada por dunas. Ela é ideal para a prática de windsurf e kitesurf e só é autorizada a caminhada pelas trilhas ecológicas.

> Descoberta nos anos 70, Canoa Quebrada continua sendo destino turístico da maioria dos visitantes





Assembléia participa das discussões

Uma reforma que proporcione uma mudança efetiva nos processos políticos, eleitorais e organizações partidárias no Brasil, deve se efetivar com uma discussão profunda que envolva todos os segmentos da sociedade brasileira. Reformas dessa natureza podem mudar o modo de fazer política no País, porém, mais importante que isso, vai ensinar a criação de uma cultura política na população. Isso porque, através de regras mais claras e transparentes nos processos partidários e eleitorais, o cidadão poderá desenvolver uma visão crítica de todo o processo, passando a ter condições de realizar melhor suas escolhas, através de projetos e programas de Governo. Isso possibilitará um sistema mais justo, representativo da vontade popular, limpo, transparente e afinado com os preceitos democráticos que a sociedade brasileira está a exigir.

O tema é dos mais polêmicos e as discussões sobre o assunto vêm se prolongando ao longo dos últimos anos. Paralelamente, a sociedade brasileira vem se tornando mais consciente e participativa e começa a exigir uma nova forma de se fazer política. Trata-se, portanto, de um

assunto que exige discussões em todos os segmentos da sociedade e em todas as instâncias políticas. A Assembléia Legislativa do Ceará tem participado ativamente dos debates de todos os grandes temas de interesse local e nacional e está inserida também nas discussões sobre a Reforma Política. Mas não se trata de uma participação isolada.

Através de regras mais claras e transparentes nos processos partidários e eleitorais, o cidadão poderá desenvolver uma visão crítica de todo o processo, passando a ter condições de realizar melhor suas escolhas

O presidente da Assembléia do Ceará, deputado Domingos Filho (PMDB), entendeu que essa é uma tarefa que deve envolver todas as

Casas Legislativas brasileiras.

Domingos Filho propôs ao Colegiado de Presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil, em sua última reunião, em Belo Horizonte, que os Legislativos estaduais apresentem suas posições sobre os principais temas do debate sobre o projeto da Reforma Política e levou a mesma proposta à XI Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, em Porto Alegre. Ele também solicitou a cada líder que tire uma posição de sua bancada, sobre os principais temas da reforma.

Domingos entende que a reforma alcança todas as representações políticas do País e, por isso, é muito importante que as Assembléias tenham uma participação marcante nesse processo. O Legislativo cearense buscou inserir-se no debate a partir de um seminário para discutir a reforma política. Por uma solicitação do deputado Fernando Hugo (PSDB), o deputado Rubens Otoni (PT-GO), relator do projeto de Lei 1712/03, que estava em discussão na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, compareceu ao plenário para um amplo debate sobre os pontos mais polêmicos da proposta.

Seminário esclarece dúvidas

O debate sobre reforma política cumpriu seu objetivo de esclarecer sobre o significado de temas polêmicos como fidelidade partidária, financiamento público de campanha, voto distrital, sistema de listas, federações partidárias, etc. Presentes ao seminário, senadores, deputados federais e estaduais, vereadores e presidentes de partidos políticos tiveram a oportunidade de discutir cada ponto e ouvir explicações do deputado Rubens Otoni, que era o relator do projeto de Lei (PL 1712/03), uma das proposições que serviu de base à Nova Proposta de Reforma Política que tramita atualmente na Câmara Federal.

De acordo com Domingos Filho, por intermédio da reforma política “será possível corrigir distorções, implementar medidas e assegurar novas perspectivas aos quadros partidários e mais legitimidade aos mandados conquistados por meio do voto”, afirmou. O deputado Fernando Hugo afirmou que a classe política precisa oferecer à sociedade brasileira “a reforma de todas as reformas para que, amanhã, possamos ter políticos que orgulhem as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais e o próprio Congresso”.

O deputado federal Rubens Otoni (PT-GO) disse que alguns pontos já estão amadurecidos para votação, porque o debate foi feito. “Por isso, deveremos trabalhar para votar esses pontos porque se isso não acontecer, corre-se o risco de não se aprovar nada para as eleições do próximo ano. Ele explicou que para que as regras eleitorais sejam válidas para as próximas eleições, deverão ser aprovadas pelo Congresso Nacional até setembro deste ano. “Esse prazo está muito limitado. É preciso ha-

ver acordo e entendimento majoritário para que essa discussão possa avançar”, avaliou Otoni.

Segundo o deputado, os principais pontos da proposta são: financiamento público de campanha, voto na lista pré-ordenada, fim das coligações proporcionais e fidelidade partidária. O problema, completou ele, é que não há consenso em nenhum desses pontos. “Entendemos que esses pontos são o mínimo do mínimo, o absolutamente necessário para melhorar o sistema político-eleitoral brasileiro, mas isso também tem um grau de complexidade e de polêmica muito grande. Nenhum desses pontos tem consenso”, afirmou.

O deputado criticou o sistema político-eleitoral do Brasil, dizendo que ele é ultrapassado, arcaico, defasado e não contribui para a democracia. “Ao invés de ser um conjunto de leis que fortaleça e impeça a corrupção, é um sistema que induz à corrupção. Há um senso comum de que precisa ser feita a Reforma Política, porque hoje temos problemas evidentes, que saltam aos olhos de qualquer cidadão”, avaliou.

Ele citou como sendo um dos principais problemas a influência cada vez maior do poder econômico na escolha dos nossos representantes. Os eleitores votam em pessoas e não em idéias e programas partidários. E ainda: a fragilização dos partidos políticos; a personalização cada vez maior do voto, em detrimento das idéias coletivas; a pulverização da representação, o que dificulta a governabilidade e fragiliza a democracia. Além disso, ele avalia que o atual sistema incentiva o troca-troca de partidos, “fraudando a vontade do eleitor nas urnas”, lamentou.



> Fernando Hugo diz que reforma irá melhorar o nível da política



Presenças

Participaram do seminário, além do deputado federal Rubens Otoni, representando o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; o vice-governador do Estado, Francisco José Pinheiro; o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Rômulo Moreira de Deus, representando o presidente do órgão, desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha; o senador Inácio Arruda (PCdoB); o presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado Artur Paredes Cunha Lima (PSDB-PB); o presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, deputado Themístocles Sampaio Pereira Filho (PMDB-PI); o presidente da Transpetro, ex-senador e ex-relator do projeto de Reforma Política, Sérgio Machado.

Também estiveram presentes ao debate os deputados federais cearenses Gorete Pereira (PR), Raimundo Gomes de Matos (PSDB), José Guimarães (PT) e Eunício Oliveira (PMDB); o presidente da União dos Vereadores do Ceará (UVC), Francisco Deuzinho de Oliveira Filho; o secretário de Recursos Hídricos do Estado, César Augusto Pinheiro; o presidente da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), João Dilmir; o secretário da Regional IV, Deodato Rammalho, prefeitos e vereadores municipais; além dos ex-deputados Tânia Gurgel e Haroldo Sanford e o ex-deputado federal, Expedito Machado.

Mudanças em 15 anos

As discussões no Congresso Nacional em torno da aprovação de uma reforma política já dura pelo menos 15 anos. Ao longo deste tempo, numerosos projetos de lei foram apresentados e tramitaram no Congresso, dentre eles, o PL nº 1.562, de 1999 (PLS 178/99), de autoria do então senador Sérgio Machado; o PL nº 669, de 1999, de autoria do deputado Aloysio Nunes Ferreira; PL nº 3.367, de 2000, do deputado Ricardo Ferraço; PL nº 7.048, de 2002, do deputado Coriolano Sales. Até bem poucos dias, a essência da reforma política estava contida nos Projetos de Lei 2679/03 e 1712/03, aprovados pela comissão especial que analisou o assunto. Os textos continham as principais modificações propostas pelo relator, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), e referendadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), depois que um acordo político que resolveu impasse criado pela apresentação de um substitutivo.

Entre as mudanças previstas no PL 2679/03 estavam o financiamento público das campanhas e o voto de legenda por meio das listas preordenadas de candidatos. A proposta também criava as federações partidárias, às quais os parti-

dos deverão permanecer filiados por pelo menos três anos, e reduz a de cláusula de barreira de 5% para 2%, estabelecendo que, para ter representação nacional, o partido terá que alcançar 2% do total de votos registrados na eleição para a Câmara dos Deputados.

Outro projeto de Lei (PL 1712/03,) estava em discussão na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Ele aumentava o prazo de filiação partidária para candidatos a cargos eletivos, com o objetivo de evitar as constantes mudanças de partido que ocorrem às vésperas das eleições, tendo como relator o deputado federal Rubens Otoni (PT-GO).

Em sessão realizada no final de maio, através de um acordo de lideranças, a Câmara Federal rejeitou o projeto de Reforma Política de nº 8039/86 do Senado Federal, juntamente com outros 100 projetos de lei pensados à matéria. Outra proposta foi elaborada de imediato, de modo que a Câmara tem agora um novo Projeto de Reforma Política (1210/07), que também, mediante acordo, foi subscrito pelo deputado Régis Oliveira (PSC-SP). A proposição, devido a mais um acordo entre as lideranças, vai tramitar em regime de urgência.

Entenda os principais pontos da proposta



>> FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA

O que é:

Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação que atuará como se fosse uma única agremiação partidária, inclusive no registro de candidatos e no funcionamento parlamentar, com a garantia da preservação da identidade e da autonomia dos partidos que a integrem. Os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados, no mínimo, por três anos. Nenhuma federação poderá ser constituída nos quatro meses anteriores às eleições.

Objetivo:

Pôr fim às coligações. No Brasil, adotamos um sistema de representação proporcional. Isso quer dizer que se guarda a proporcionalidade entre o tamanho da bancada que um partido conquista e o número de votos por ele recebido. No Brasil, essa proporcionalidade se faz usando a fórmula do “quociente eleitoral”, somente podendo ter representantes eleitos o partido que conquistar votos que alcancem pelo menos uma vez o valor desse quociente. Como muitos partidos pequenos não atingem esse quociente, fazem coligações e a totalização dos votos ocorre como se fosse apenas um partido. O eleitor não tem a consciência de que, o voto que ele dá a determinado candidato, pode ajudar a eleger o de um outro partido. Com o fim das coligações, a fórmula das federações permitirá aos pequenos partidos contornar o obstáculo do quociente eleitoral, desde que haja o compromisso, legalmente estabelecido, de estabilidade da aliança pelo período mínimo de três anos.

CLÁUSULA DE BARREIRA

O que é:

É um percentual mínimo de votos em âmbito nacional que um partido deve atingir para ter direito a funcionamen-

to parlamentar em todas as casas legislativas para a qual tenha elegido representante. Atualmente, esse percentual é de 5% dos votos válidos apurados nacionalmente em 1/3 dos Estados e é preciso que o partido eleja, pelo menos, um representante em cinco desses Estados. A nova proposta baixa esse número para 2%.

Objetivo:

Ao baixar de 2% para 5% o percentual da cláusula de barreira, o projeto visa garantir a representação popular de pequenos partidos já tradicionais no País e que representam importantes segmentos ideológicos de nossa sociedade.

PESQUISAS

O que é:

O Projeto contempla aperfeiçoamentos no tocante às pesquisas eleitorais, aumentando as exigências em termos de especificações sobre amostragens,

metodologia e registro nos Tribunais eleitorais.

Objetivo:

Obter a maior transparência possível no uso de pesquisas durante as campanhas eleitorais e evitar qualquer tipo de manipulação.

Rejeitado pela Câmara

Sistema de Listas

O que é:

O sistema de votação em listas, que era um dos principais pontos do novo projeto de reforma política, já foi rejeitado pela Câmara. A idéia era implantar o voto de legenda puro, através da elaboração de uma lista feita pelo partido ou federação partidária. Ela traria os nomes dos seus candidatos aos cargos proporcionais, obedecendo

a uma ordem do mais para o menos votado, em votação secreta durante convenção estadual ou municipal. Alguns parlamentares ainda tentaram aprovar uma emenda estabelecendo o sistema de listas flexíveis, mas essa medida também foi rejeitada.

Financiamento público

O que é:

O financiamento público de campanha, embora não tenha sido votado, fica com sua implantação inviável sem a votação pelo sistema de listas, que fortaleceria os partidos. O financiamento público é um sistema que prevê recursos públicos, contidos na Lei Orçamentária do País, com rubrica própria, destinado ao financiamento das campanhas eleitorais. Essa verba não seria entregue aos candidatos, mas sim aos partidos, que repassariam aos seus postulantes.

Conheça o novo projeto de Reforma Política

A nova proposta manteve muitas das normas que já estavam previstas nas proposições anteriores. Tem o objetivo de promover mudanças nas regras atuais, disciplinando as pesquisas eleitorais, as federações partidárias pelo prazo mínimo de três anos, e uma barreira menor do que a atualmente prevista (de 5% para 2%) para partidos com poucos votos. Essas medidas foram elaboradas com o objetivo de corrigir várias distorções no sistema eleitoral brasileiro, evitando a extrema personalização do voto nas eleições proporcionais, que enfraquece as agremiações partidárias, e os crescen-

tes custos das campanhas eleitorais, que favorece o predomínio do poder econômico e a existência do chamado caixa 2. O projeto pretende também evitar as intensas migrações entre as legendas, cujas bancadas, no Legislativo, oscilam substancialmente ao longo das legislaturas.

A votação do novo projeto de reforma política, que tramita em regime de urgência, está sendo feita por pontos, uma vez que a matéria tem caráter polêmico e algumas dessas medidas estão longe de conquistar o consenso. Assim, logo nas primeiras votações no plenário da Câmara Federal, os deputados federais

rejeitaram um dos principais pontos: o sistema de votação em listas. Tanto as listas pré-ordenadas, quanto às chamadas listas flexíveis (onde o nome do candidato não aparece por ordem inflexível) já foram rejeitadas.

A rejeição do sistema de listas compromete a votação do financiamento público de campanha. Trata-se de um item que ainda não foi votado, mas que tem sua aplicação inviabilizada, uma vez que foi pensado para custear as campanhas eleitorais diretamente através das agremiações partidárias. Estes fariam a divisão dos recursos com seus postulantes.

Do sonho à realidade:

Começam as obras de transposição do São Francisco para o Ceará

A realidade hídrica do semi-árido nordestino, principalmente nos aspectos que se referem à oferta e uso das águas, é um tema que, historicamente, tem marcado o debate sobre a Região Nordeste. Essas preocupações têm motivado muitos estudos, pesquisas e principalmente debates políticos ao longo das últimas décadas no País, sendo, porém, um sonho de 150 anos dos nordestinos. Cercada de muitas discussões regionais, políticas e até disputas judiciais, o sonho, finalmente, torna-se real. Os trabalhos de transposição de águas do Rio São Francisco para os quatro Estados mais afetados pela seca (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) foram iniciados com a construção do canal do Eixo Norte, que fará a captação de água a partir de Cabrobó (PE), numa extensão de 400 km, trazendo a água do São Francisco para o Ceará e, daqui, para o Rio Grande do Norte.

Durante todos esses anos em busca da realização da obra, a Assembléia Legislativa teve um papel dos mais destacados nessa luta, participando de várias maneiras, mobilizando os deputados federais e senadores, buscando apoio popular e

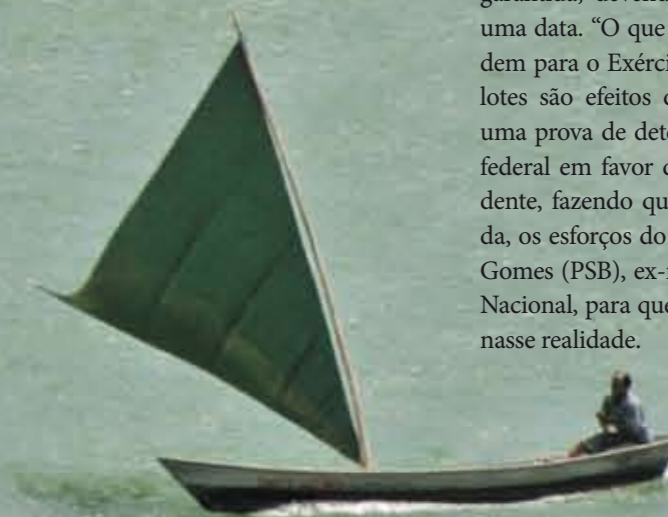
unindo lideranças políticas e Assembléias Legislativas dos quatro Estados que serão beneficiados com a água do Velho Chico. Por isso, agora, o Poder Legislativo do Ceará está mais atento do que nunca, em face do início das obras de transposição.

Desde que assumiu a presidência do Legislativo cearense, o deputado Domingos Filho (PMDB) fez questão de que a luta pela transposição fosse mantida com a mesma firmeza. Como integrante das Mesas Diretoras que antecederam sua gestão, Domingos Filho teve participação das mais ativas nesses movimentos. Como presidente da Casa, tem feito gestões junto a lideranças federais cearenses, como é o caso do deputado federal Eunício Oliveira, e junto às Mesas Diretoras das Assembléias dos quatro Estados be-

neficiados.

O Exército Brasileiro já está presente no canteiro de obras dando início à construção do canal de transposição do rio São Francisco. Está sendo iniciado o eixo norte, que vai de Cabrobó, em Pernambuco, até o açude Castanhão, no Ceará, e, nos próximos dias, começarão as obras do canal propriamente dito para o Ceará e Rio Grande do Norte. O Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, já iniciou visitas aos canteiros de obras no Estado de Pernambuco.

O deputado Domingos Filho fez contato com o deputado federal Eunício Oliveira (PMDB) para viabilizar a vinda do ministro Geddel aos canteiros de obras situados no Ceará. Segundo informou Eunício a Domingos Filho, a visita está garantida, devendo ser definida apenas uma data. "O que se vê agora, com a ordem para o Exército iniciar os primeiros lotes são efeitos de natureza prática. É uma prova de determinação do governo federal em favor da obra", disse o Presidente, fazendo questão de ressaltar, ainda, os esforços do deputado federal Ciro Gomes (PSB), ex-ministro da Integração Nacional, para que a transposição se tornasse realidade.



Como foi a luta da Assembléia pela integração de bacias

A Assembléia Legislativa tem estado na linha de frente da luta pela transposição há muitos anos. Mas um movimento efetivamente organizado surgiu por iniciativa do deputado Wellington Landim (PSB), quando presidiu o Legislativo Estadual de 1999 a 2001. Nessa época, ele criou a Frente pela Transposição de Águas do rio São Francisco e encabeçou um movimento popular que culminou na coleta de um milhão de assinaturas de cearenses a favor da obra.

Na gestão do presidente Marcos Cals, a luta pela obra teve prosseguimento na Assembléia Legislativa. Ele manteve a liderança do movimento, cujo ponto alto foi a mobilização realizada no município de Jati, distante 600 km de Fortaleza, que será a primeira cidade cearense a ser beneficiada pelas águas do rio São Francisco. Cals mobilizou quase duas mil pessoas em uma cidade que tem menos de

sete mil habitantes, para tomar a defesa do projeto e ouvir das lideranças políticas os argumentos sobre a necessidade e viabilidade da obra.

Na atual legislatura, vários parlamentares permanecem atentos as obras da transposição, notadamente nesse início dos trabalhos, dentre eles, Domingos Filho, Wellington Landim, Cirilo Pimenta (PSDB) e Neto Nunes (PMDB). Landim, em função das visitas que o ministro Geddel Vieira Lima fará a todas as áreas importantes para a transposição, como Belo Horizonte e Cabrobó, em Pernambuco, pediu a vinda do Ministro da Integração Nacional para uma sessão especial na Assembléia Legislativa, para explicar o cronograma do Ministério da Integração Nacional para as obras da transposição. “O convite é para que ele participe de uma sessão especial para apresentar o projeto, mostrar seus detalhes, os prazos

para as obras, qual seu pensamento sobre elas”, explicou no requerimento aprovado pela Assembléia, em que solicita a sessão especial.

Landim pediu também à Mesa Diretora da Casa, a criação de uma comissão de deputados para visitar o canteiro de obras do rio São Francisco. Para ele, é um “momento histórico e a Assembléia participou ativamente dessa luta secular”. O presidente Domingos Filho já está articulando com o Ministério da Integração e com as Assembléias dos Estados nordestinos beneficiados com a transposição do rio São Francisco, uma data para a sessão.

A obra

A primeira fase da obra que está sendo iniciada envolve recursos de R\$ 26 milhões para que o Batalhão de Engenharia do Exército construa os primeiros sete quilômetros dos canais de transposição na cidade de Cabrobó, em Pernambuco. O volume do total de águas a passar pela transposição representa apenas 1% do São Francisco, mas significará a redenção para milhares de pessoas que vivem na região do semi-árido do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco prevê recursos da ordem de R\$ 5 bilhões, já incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Até setembro, o Governo deve anunciar o resultado das licitações de outros 14 lotes, orçados em R\$ 3,3 bilhões. A expectativa é de que, até 2010, sejam concluídos mais de 700 quilômetros de canais levando águas do Velho Chico aos quatro Estados.

>> O projeto

VALOR – O projeto está orçado em R\$ 5 bilhões

CAPTAÇÃO – Serão captados 26m³ de água por segundo do leito do rio em Pernambuco, que serão canalizados para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e parte do próprio Pernambuco

CANAIS – O projeto prevê a construção de dois canais, um no rumo norte e outro a leste, com 720 e 402 km respectivamente.

BENEFICIADOS – Mais de 12 milhões de pessoas da região do semi-árido serão beneficiadas

NO CEARÁ – Um dos dois eixos, o Eixo Norte, levará água para o Ceará e o Rio Grande do Norte, com captação em Cabrobó (PE), trecho cujas obras acabam de ser iniciadas. Terá extensão de 400 km até chegar ao rio Salgado, no Ceará. De lá, segue para o Rio Jaguaribe e para o Açude Castanhão.

A polêmica

Antes do início das obras, a transposição de águas do rio São Francisco passou por uma série de polêmicas, envolvendo ambientalistas e lideranças políticas de outros Estados do Nordeste cortados pelo rio, como Bahia, Alagoas e Sergipe. A ideia de levar as águas do Velho Chico ao semi-árido é uma luta antiga, que já tem 150 anos. Porém, após o agravamento da crise do abastecimento hídrico do Nordeste no ano de 1999, a transposição

passou a ser vista como a única alternativa de solução do problema. Os debates sobre o projeto têm dois cenários bem definidos com relação ao tema. O primeiro é o dos Estados que sofrem com as secas e acreditam que a quantidade de água a ser retirada é muito pequena (apenas 1%) em comparação à miséria e pobreza provocadas pela escassez de água no semi-árido. Essa pequena quantidade servirá para matar a sede das pessoas e não provocará

danos ambientais significativos.

Num segundo cenário, há os que acreditam que o rio São Francisco precisa de uma revitalização e vêem na posição dos políticos que defendem a transposição, apenas uma postura imediatista, que seria caracterizada pela ânsia de fazer chegar água, a todo custo, nas torneiras da população sem haver, no entanto, a preocupação com as conseqüências impostas ao ambiente ao se adotar essa alternativa.



>> Números

O rio

O rio São Francisco nasce na Serra da Canastra (MG) e deságua no Oceano Atlântico, entre os Estados de Alagoas e Sergipe

13 milhões

de pessoas habitam a região

2.700 Km

extensão

504

municípios vivem em da bacia do São Francisco

640 mil km²

Área da bacia banha cinco Estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, além do Distrito Federal

Divisões da Bacia

Alto São Francisco – das nascentes até a cidade de Pirapora (MG)
 Médio São Francisco – de Pirapora (MG) até Remanso (BA)
 Sub-médio São Francisco – de Remanso (BA) até Paulo Afonso (BA)
 Baixo São Francisco – De Paulo Afonso (BA) até a foz, entre os Estados de Alagoas e Sergipe



RAIO X DO RIO SÃO FRANCISCO

Extensão	2.863 quilômetros
Vazão média	2.850 metros cúbicos por segundo
Afluentes	80 rios perenes e 27 intermitentes
Área da bacia	640 mil quilômetros quadrados
Nº de municípios servidos	504
População atendida	mais de 13 milhões de habitantes
Estados integrantes da bacia	MG, GO, BA, PE, AL, SE, além do DF
Trechos navegáveis	mais de 1.400 quilômetros
Área irrigável da bacia	cerca de 3 milhões de hectares, sendo 10% já implantados

Fonte: Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco)



Audiências Públicas atestam intensa atividade do Parlamento

A atual Mesa Diretora da Assembléia Legislativa tem se notabilizado pela discussão direta, com a sociedade civil, dos mais variados temas de interesse da população cearense e do Estado como um todo. Nesse sentido, as audiências públicas vêm funcionando como uma poderosa ferramenta. Utilizada como fórum de debates, elas se tornaram o canal direto com a sociedade para reflexões sobre assuntos que dizem respeito diretamente às demandas da nossa comunidade.

As audiências públicas são reuniões que, além de debater as questões de fundamental importância, buscam soluções e encaminhamentos de sugestões às instâncias competentes. Delas participam representantes de instituições públicas e da sociedade civil organizada, conforme o tema que estiver sendo abordado. Elas podem ser solicitadas pelos próprios deputados a partir de requerimentos aprovados em plenário ou no âmbito das comissões técnicas.

Podem ocorrer no próprio Plenário 13 de Maio, no Auditório Murilo Aguiar ou nas próprias salas das Comissões Técnicas, podendo também ser realizadas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará (Inesp), da Assem-

bléia Legislativa.

Constituem-se também num mecanismo de comunicação entre o Parlamento e o cidadão, uma vez que, muitas vezes, são convocadas pelos deputados, atendendo diretamente às demandas do povo que, através do seu representante, leva o problema que será debatido, esclarecido e encaminhado, quando for o caso.

Por essas reuniões, passam os mais variados temas, como, por exemplo: defesa do consumidor, segurança pública, transposição de águas do rio São Francisco, Reforma Política, siderúrgica, ZPE's, educação, saúde, projetos de lei, aplicação de leis, além de homenagens a personagens importantes do Estado e do País e comemorações como Dia Internacional da Mulher, Dia do Trabalho, dentre outros.

Veja alguns dos temas discutidos

Políticas públicas para pesca da lagosta

A pedido do deputado Dedé Teixeira (PT), o secretário adjunto da Secretaria Especial da Pesca e Aqüicultura (Seap), Dirceu Lopes, apresentou as principais determinações adotadas pelo Governo Federal para garantir a sustentabilidade econômica e ambiental da pesca da lagosta no Brasil. Participou também o coordenador nacional de recursos pesqueiros do Ibama, José Dias.

Multas cobradas pela Ettusa

Por iniciativa do deputado Adahil Barreto (PR), as comissões de Defesa do Consumidor e de Viação, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior reuniram-se conjuntamente para debater a restituição ou compensação de multas aplicadas ilegalmente pela Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Fortaleza S/A (Ettusa).

Reordenamento da rede pública de ensino

Por solicitação da deputada Rachel Marques (PT), a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa discutiu o reordenamento integrado da rede pública de ensino no Estado. O objetivo da audiência foi debater meios para melhor atender as escolas da rede pública de forma integrada entre os governos estadual e municipal.

Implantação da siderúrgica

Foi discutida no Plenário 13 de Maio a

implantação da siderúrgica Ceará Steel, no complexo portuário do Pecém. Foram convidados para o evento o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado, Ivan Bezerra, representantes da Petrobras (fornecedora do gás combustível), da Vale do Rio Doce, e das empresas Dongkuk, da Coreia e Danielli, da Itália. O tema a "Instalação da Siderúrgica no Ceará: Avanços e Ameaças", foi debatido atendendo a requerimento do deputado Wellington Landim (PSB), líder do bloco partidário PMDB-PSB-PT na Casa e coordenador da Comissão Parlamentar em Defesa da Siderúrgica.

Reforma Política

O projeto de Reforma Política que tramita no Congresso foi discutido com o relator da matéria, deputado Rubens Otoni (PT-GO), a pedido do deputado Fernando Hugo (PSDB). Otoni explicou os principais pontos da reforma a senadores, deputados estaduais e federais, vereadores, dirigentes de partidos políticos e entidades relacionadas.

Mortalidade Materna

A mortalidade materna no Estado do Ceará foi discutida atendendo a requerimento do deputado Antônio Granja (PSB), presidente da Comissão de Saúde. Os números da mortalidade materna no Brasil, tendo como base os óbitos declarados em 2003, são considerados altos pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Meio Ambiente

Os efeitos devastadores da natureza nas praias do litoral cearense foi um dos

muitos temas discutidos na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semi Árido, a pedido do deputado Moésio Loiola (PSDB). A discussão foi promovida em conjunto com a Comissão de Indústria e Comércio, Turismo e Serviços, e com a Comissão de Viação, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior. A Comissão já discutiu também os projetos de revitalização dos rios Maranguapinho e Timbó, (proposta pelo deputado Júlio César (PSDB) e o plano de desenvolvimento local do Lagamar (deputada Rachel Marques), atendendo a proposta apresentada pelo fórum de Lideranças daquele bairro.

Reestruturação da Faculdade de Educação de Itapipoca

A Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa debateu a revitalização da Faculdade de Educação de Itapipoca (Facedi), além da instalação de cursos pré-vestibulares estaduais. A reunião foi solicitada pelo deputado Edísio Pacheco (PV).

Venda fracionada de remédios

A Comissão de Defesa do Consumidor discutiu o projeto que regula a venda fracionada de medicamentos, que está tramitando no Congresso Nacional. O deputado Lula Moraes (PCdoB) foi quem solicitou a realização do debate que teve a participação do deputado federal Chico Lopes (PCdoB), relator da proposta na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal; do presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos (Sincofarma); Maurício Filizola, da representante do Conselho Regional de Farmácia, Arlândia Nobre; e do promotor Antônio Carlos Azevedo, do Decon.

Novo centro de eventos

“O Centro de Eventos que Queremos para o Ceará” foi debatido pela Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços, a pedido do seu presidente, deputado Sérgio Aguiar (PSB). O presidente da Mesa Diretora, deputado Domingos Filho (PMDB), abriu os trabalhos parabenizando o governador Cid Gomes (PSB) “por compartilhar com a sociedade um tema tão importante”.

Presídios

A situação dos presídios foi discutida pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, frente à ação do Ministério Público do Trabalho, que pede a substituição de funcionários terceirizados por agentes penitenciários concursados. O debate foi solicitado pelo deputado Heitor Férrer (PDT) e contou com a participação do secretário de Justiça, Marcos Cals.

Endividamento dos agricultores

O endividamento dos produtores rurais foi debatido a pedido do presidente da Casa, deputado Domingos Filho (PMDB), e do deputado Professor Teodoro (PSDB). A idéia era continuar a discussão iniciada em Tauá onde “foi realizada uma audiência pública que contou com a participação do deputado federal Eunício Oliveira (PMDB), quando aproveitei para defender uma legislação que permitisse aos produtores o pagamento efetivo de seus débitos contraídos junto ao Banco do Nordeste e no Banco do Brasil”, disse Domingos Filho.

Metrofor

A comissão de Viação e Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Téo Menezes (PSDB), recebeu

representantes da Diretoria do Metrofor para fazer uma explanação sobre a atual situação do Projeto do Trem Metropolitano nos municípios de Maracanaú, Pacatuba, Fortaleza, Caucaia e Maranguape. A audiência foi requerida pelo deputado Júlio César Lima (PSDB).

Serviços dos assistentes sociais ao INSS

A Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Antônio Granja (PSB), discutiu a situação dos assistentes sociais que prestam serviço na Previdência Social. O debate foi requerido pelo líder do governo na Casa, deputado Nelson Martins (PT).

>> O Parlamento

Entre os meses de março e junho, a Assembléia Legislativa realizou 54 audiências públicas, o que demonstra uma grande atividade do Parlamento Estadual. Até junho, foram contabilizadas dez audiências no Plenário 13 de Maio e 41 no Auditório Murilo Aguiar. Nas próprias Comissões Técnicas, o número chegou a 17.

Para o presidente da Assembléia, Domingos Filho, esse é um grande sinal da vitalidade do Parlamento. “Sempre quis que as comissões tivessem mais vida, já que é nelas que se iniciam os debates que são votados em Plenário”. Ele também lembrou que “o Plenário é a instância verdadeira das decisões políticas”.

Domingos ressaltou os debates realizados nas comissões técnicas, como a discussão em torno da mensagem sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS); a criação do Conselho Estadual de Tecnologia, “discutido em audiência nas comissões de Ciência e Tecnologia e Trabalho, Administração e Serviço Público”; e as tarifas de água e esgoto, na Comissão de Defesa do Consumidor. “Por isto, considero injusto dizer que a Casa não tem realizado grandes debates”, afirmou acrescentando que a imprensa “tem muito a contribuir com o Parlamento, que precisa do apoio de todos os segmentos”.

Portal da Assembléia ganha repaginada

Informação. Vivemos uma época onde este item alcançou o patamar de principal ferramenta para o cidadão se conectar, inserir e interagir dentro do contexto de sua cidade, Estado ou mesmo global. Para isso, nada melhor que os portais da Internet. Empresas, ONGs, entidades de classe, e tantos outros, já descobriram o filão e têm trabalhado na atualização desses seus canais de ligação com a população. Seguindo essa tendência a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará está promovendo uma reformulação do seu sítio. “Ele é uma importante porta de entrada. Por meio dele, a comunidade não apenas obtém informações sobre a instituição como interage com ela e influi nas suas ações”, afirma a coordenadora de Comunicação da Assembléia, jornalista Sílvia Góes.

Após a eleição da nova Mesa Diretora da Casa, presidida pelo deputado Domingos Filho (PMBD), foi iniciado um trabalho de avaliação detalhada do portal. Coordenada pela própria Sílvia Góes e integrada pelos jornalistas Clara Guimarães, Adilson Nóbrega e Robério Lessa, além da participação do diretor da TV Assembléia, Leonardo de Borba, e do chefe do Departamento de Informática, Luís Eduardo, foram detectados vários pontos que podiam ser melhorados, não apenas de conteúdo, mas também de navegação.

Levantamento feito, era hora de colocar a mão na massa para concretizar as reformulações. “Para apresentar um



> Adilson Nóbrega e Clara Guimarães apresentam a nova cara do site oficial da Assembléia

novo layout para o sítio o primeiro passo foi contratar uma empresa especializada em webdesigner”, recorda Clara Guimarães, complementando que o novo formato permite maior agilidade na busca por informações e melhor organização do conteúdo do portal. O ponto de partido é priorizar uma linguagem e um padrão únicos, garantindo um acesso e

busca rápida para qualquer internauta.

Teremos um portal com atualização constante das informações, agilidade na navegação e uma maior acessibilidade. Neste ponto, vale destacar que o novo portal, através de um programa especial, poderá ser acessado, inclusive, por pessoas com deficiência visual. “Isso vai contribuir ainda mais para a inclusão

dessa parcela da população”, ressalta a coordenadora de comunicação.

As novidades não param por aí. Está sendo criado um Grupo Gestor da Web formado por membros dos setores de Comunicação Social, Legislativo, Administração, Inesp, Comissões Técnicas, Diretoria Operacional e Informática da Assembléia. Com a participação de todos poderá ser elaborada uma agenda permanente de eventos do Legislativo, informando não somente sobre os debates e audiências públicas que serão realizados, mas também como os serviços oferecidos pela Casa, como a programação da sala de videoconferências, atividades do Inesp, cursos de formação disponibilizados aos servidores, entre outros.

Outra grande novidade será a implantação da enquete interativa. Semanalmente será escolhido um tema que esteja em discussão no momento e sobre o qual o internauta poderá colocar sua opinião. Além de ser ouvido, o cidadão estará contribuindo com os parlamentares em suas decisões sobre assuntos polêmicos. “O posicionamento da sociedade poderá balizar as condutas e ações dos parlamentares”, lembra Sílvia Góes. Com os trabalhos em ritmo acelerado, as mudanças deverão estar concluídas em breve. “A idéia é colocar o novo Portal no ar agora em julho, em caráter experimental e somente com uso interno”, finaliza Clara Guimarães.



LITERATURA

Uma boa oportunidade para os fãs da cantora Maysa matar a saudade está chegando as livrarias. “Maysa – Só Numa Multidão de Amores” (Editora Globo), assinado pelo jornalista cearense Lira Neto, vem se destacando na lista dos mais vendidos do Brasil. O autor teve acesso aos diários da cantora, cuja morte trágica – num acidente de carro na ponte Rio-Niteroi em 1977 – completou 30 anos em janeiro último. Ele mergulhou em seu arquivo particular, gentilmente cedido pelo filho da artista, o hoje consagrado diretor de televisão Jayme Monjardim. Foram mais de 200 entrevistas, com pessoas que conviveram direta ou indiretamente com a cantora, que ficou conhecida como “Rainha da Fossa” por cantar sucessos como “Meu Mundo Caiu” e “Ouça”, entre outros



CINEMA

A garotada – e os adultos também – contam os dias para a estréia de mais uma aventura do bruxinho Harry Potter. Agendado para 11 de julho, “Harry Potter e a Ordem da Fênix”, a quinta aventura do trio formado por Harry (Daniel Radcliffe) e seus fieis amigos Ron Weasley (Rupert Grint) e Hermione Granger (Emma Watson), promete ser outro arrasa quarteirão. Principalmente porque a luta contra Lorde Valdemort e seus comensais da morte ficará mais explícita. Enquanto isso, outra aventura começa a sair do papel. Depois do sucesso estrondoso de “007 – Cassino Royale”, foi escolhido o diretor Marc Forster para assinar a 22ª aventura do espião mais famoso do cinema. Claro que o galã Daniel Craig – responsável por intermináveis suspiros no escurinho do cinema – vai encarnar mais uma vez o herói.





> Guará é funcionária da Assembleia Legislativa do Ceará há 24 anos e tenta reproduzir na sua vida diária as lições de amor herdadas pelos pais

Lições de amor

A lembrança mais distante da infância foi a que hoje ela tenta reproduzir com os próprios filhos: a lição diária do pai sobre a importância da educação. Eram cinco filhos legítimos e quatro de criação para tornar “doutor”. A busca por esse objetivo fez com que toda a família de Pedro Vieira de França e Eliza Matos Vieira deixasse o Crato para buscar “estudo” para os filhos na Capital. “O meu pai e a minha mãe fizeram muitos sacrifícios para dar educação a todos nós”, lembra hoje Guaraciana Matos de França Fonteles Farias, de 46 anos.

E Guará, como é carinhosamente conhecida na Assembleia Legislativa do Ceará, de onde é funcionária há 24 anos, sabe muito bem o quanto foi importante essa

decisão na sua vida e na de seus irmãos. “Todos nós nos formamos. O meu pai e a minha mãe conseguiram realizar o sonho de ter todos os filhos formados”. Mas a obstinação do pai estava longe de ser um peso para os filhos. Apesar do doutrinação diário, todos eles tiveram liberdade para escolher qual carreira seguir. “Ele nunca se meteu. Queria que a gente estudasse, mas não dizia o que fazer”.

Guará resolveu enveredar pela área do Direito e hoje segue o aprendizado apreendido com os pais para criar os três filhos, de 12, 17 e 19 anos. “Eu quero que eles saibam o valor da educação, pelo menos, eu e meu marido estamos tentando”. Mas hoje ela confessa que as dificuldades em criar uma família é maior que a enfrentada nos tempos de seu pai.

“Hoje tem a questão da violência, da insegurança. Eu sei que os meus filhos são muito mais presos do que eu fui, mas é por necessidade”.

E não é somente na educação dos filhos que a inspiração vem dos pais. Na vida profissional, a responsabilidade no trabalho exercido no Departamento Legislativo da Assembleia é algo aprendido desde cedo. No controle das proposições de lei apresentadas no Parlamento Estadual, o mesmo jeito apaixonado e obstinado do pai. “Eu gosto do que faço. Pra atender alguém no seu trabalho, você tem que gostar do que faz, se não fica sempre mal-humorado”. Bom, se a lição foi essa, quando se vê o sorriso que acompanha a frase, sabe-se que ela foi muito bem compreendida.



AL cria Ouvidoria para atender aos cidadãos

O deputado Ronaldo Martins (PMDB) é o primeiro a ocupar o cargo de ouvidor da Assembleia Legislativa. Na Ouvidoria, os cidadãos vão ter o direito de opinar sobre os serviços dos parlamentares e apresentar seus elogios, críticas, sugestões e reclamações. Ainda em fase de estruturação, a Ouvidoria contará com um telefone e site para que as pessoas possam tirar dúvidas e fazer denúncias. Para que as reclamações sejam aceitas, é necessário que o autor se identifique, mas haverá sigilo do nome do denunciante.

A Ouvidoria vai partir em defesa dos direitos do cidadão em relação aos serviços prestados pelo poder legislativo. “Vamos receber denúncias de qualquer órgão ligado ao Governo do Estado, denúncias de servidores, deputados ou até abuso de autoridade da Polícia Militar ou de qualquer outro órgão. Ao



> Deputado Ronaldo Martins é o primeiro ouvidor da Casa

receber essas denúncias, iremos repassar para o cidadão quais foram as ações do Governo do Estado. Se as denúncias forem referentes à Assembleia, haverá um esclarecimento das providências que foram tomadas”, declarou o deputado Ronaldo Martins.

Quando a Ouvidoria iniciar seu funcionamento, o cidadão vai se sentir mais próximo da Assembleia. Haverá uma sala à disposição, funcionando de segunda a sexta, das 8h às 17h. No site da Assembleia terá um link com as dúvidas mais frequentes para auxiliar na compreensão do cidadão. As informações serão repassadas de imediato e as respostas de denúncias serão efetuadas num prazo de 20 dias.

>> Serviço

Av. Desembargador Moreira, 2807
Bairro: Dionísio Torres
CEP: 60170.900
Fone: 3277.2500
Site: www.al.ce.gov.br

Relatos de experiências bem-sucedidas

Fátima Vilanova é ouvidora da Universidade Estadual do Ceará (Uece) há mais de dez anos. Publicou dois livros, sobre a atividade, *Ombudsman/Ouvidores: Transparência, mediação e cidadania*; e *A Ouvidoria Brasileira: Dez anos da associação brasileira de Ouvidores*. O terceiro livro, *Ouvidoria universitária: Relato de experiências*, será lançado em setembro. “É preciso essa aproximação

que a ouvidoria faz para que as pessoas participem e haja democracia. Acredito que a ouvidoria é importante para que as pessoas possam dizer o que vai bem ou mal, o cidadão tem voz e vez para corrigir falhas”, explicou Fátima Vilanova.

Manuel Falcão é ouvidor da Câmara Municipal de Fortaleza e está há dez anos no comando da Ouvidoria. “A ouvidoria

tem a cara do órgão ao qual ela pertence, ao longo do tempo que eu estou na Ouvidoria da Câmara tento fazer dela um elemento facilitador do intercâmbio da população com seu representante. A Ouvidoria tem o trabalho de habituar a participação popular, é preciso receber bem o cidadão para que ele se sinta à vontade para dar sua opinião”, disse Manuel Falcão.



**Crescêncio Marinho
de Pinho**

tem 90 anos e
é aposentado

Chuva

O maestro Silva Novo, também compositor das coisas simples e belas da vida e da natureza, falecido, jovem ainda, na década de cinquenta, criou e musicou inocente e singela canção, de que somente lembro as seguintes estrofes: “Cai chuva, cai lá do céu, cai chuva, no meu chapéu. Ainda está chovendo, arroz cacheando, a lagoa cheia, o sapo cantando...”

A chuva é a felicidade do nordestino. Cada gota que se desprende do alto é como divina bênção que nos chega. O barulho da chuva no telhado é para os nossos ouvidos suave e celestial melodia. Relâmpagos são luzes, trovoadas são mensagens vinda de Deus.

O trovão é chamado pelo sertanejo de “o pai da coalhada”. A expressão é válida, muito válida, até. Trovão é sinal de chuva, que é sinal de pasto, que é sinal de vaca bem nutrida, que é sinal de leite, de leite farto e sadio; dele vem a coalhada, um dos seus mais gostosos derivados.

A chuva faz reverdecer o mato. A revivescência de nossa flora é quase um milagre. Quinze dias de pluviosidade e temos um campo esmeraldino e um chão alcatifado de relva. Até parece que as folhas verdes vieram com os pingos d’água.

O matuto olha o céu e se deslumbra com as nuvens pardas que lhe ocupam o espaço; faz figa para que elas se abram e se despejem na terra. Vai pro terreiro e abre os braços como se quisesse agarrar todas as pequenas partículas que se precipitam quase em silêncio; tira o chapéu para sentir na cabeça o contato acariciante do cabelo encharcado; deleita-se ao ver a terra vertendo água de todos os morros; dos pequenos regatos que sequegem a trilha do caminho, ou que o cortam a pequenos espaços. Ergue os braços ao tempo e dá graças a Deus.

O homem do campo, amalgando no cadinho de labuta diária, sem descanso, esquece os tormentos de anos escassos, ou sem chuvas, diante da lavoura que cresceu sadia, livre de pragas, e se sente altamente recompensado de seu esforço, porque aquele ano em que o inverno lhe foi abundante e franco é a garantia de um paiol bem abastecido de milho, feijão, arroz, abóboras, raízes tuberosas e tubérculos alimentícios, da fartura da casa, da família de barriga cheia e feliz.

No seu otimismo, na sua fé, ele acredita que todos os anos que virão serão iguais àquele que lhe proporcionou tão abundante colheita.

